



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2024 a 31/08/2024

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/28

144.2024	Sessão Ordinária - CD	12/08/2024-19:44
Publ.: DCD - 8/13/2024 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Ademais, defendeu que é um desejo antigo da sociedade a aprovação de uma reforma tributária, exaltando a contribuição do Parlamento, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira, e do Presidente Lula. Além disso, elogiou a atuação parlamentar do Relator Mauro Benevides Filho, lembrando sua participação no grupo de trabalho que contribuiu para a elaboração da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, que altera o Sistema Tributário Nacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero dizer que esse debate é um desejo da sociedade brasileira há aproximadamente mais de 40 anos. Essa é uma conquista deste Parlamento, desta legislatura, do Presidente Arthur Lira e também do Presidente Lula, que fez muito bem ao criar a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, junto com o Bernard Appy e o Ministro Fernando Haddad.

Eu quero aqui reconhecer o belíssimo trabalho do nosso Relator Mauro Benevides Filho. Eu tive a alegria de participar com S.Exa. do grupo que elaborou a PEC 132/23. A sua competência técnica e a sua dedicação apresentam para a sociedade brasileira, de fato, uma solução extraordinária, incluindo todos os envolvidos no sistema tributário, inclusive, os contribuintes, criando um comitê de harmonização.

Portanto, a sociedade brasileira pode ter certeza de que estamos votando o



melhor projeto de regulamentação do Comitê Gestor do IBS.

Documento 2/28

144.2024	Sessão Ordinária - CD	12/08/2024-18:56
Publ.: DCD - 8/13/2024 - Reginaldo Lopes-PT -MG		
BREVES COMUNICAÇÕES		BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que regulamenta o funcionamento do Comitê Gestor do IVA subnacional, parte crucial da reforma tributária. Informou que o Comitê será responsável pela gestão integrada do novo Imposto sobre Bens e Serviços, envolvendo União, Estados e Municípios e que o novo sistema, split payment, promete maior transparência, redução da carga tributária, combate à sonegação e fraudes, beneficiando especialmente o setor produtivo. Por fim, ressaltou que a unificação dos impostos sobre consumo permitirá ao Brasil reduzir a carga tributária e aumentar sua competitividade no mercado nacional e internacional.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Daqui a pouco, vamos votar a urgência do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que vai concluir mais uma etapa da nossa reforma tributária. É um PLP superimportante, que regulamenta o funcionamento do Comitê Gestor do IVA subnacional, do Imposto sobre Bens e Serviços. De fato, é extremamente importante para o novo sistema tributário brasileiro.

O Comitê Gestor vai ser responsável pela coordenação desse fato gerador do novo imposto, compartilhando responsabilidades com os três entes da nossa Federação, União, Estados e Municípios, o que vai permitir um dinamismo e uma competência muito maior na gestão desses recursos.

O novo tributo, pelo qual o Comitê Gestor vai ser responsável, será muito mais transparente, porque será cobrado por fora, sem a cumulatividade tributária, diminuindo a carga tributária para o povo brasileiro, em especial para o setor produtivo e para os seus produtos e serviços. O Comitê Gestor também vai coordenar a aplicação do novo modelo de apuração e recolhimento dos nossos impostos.

O *split payment* vai ser uma revolução do ponto de vista de combate à sonegação, à inadimplência, às fraudes, para que o Brasil, de fato, implemente aquilo da teoria tributária que é muito verdadeiro, que, quando todos pagam,



todos podem pagar menor carga tributária.

Essa gestão unificada, integrada, de todos os entes federados num único imposto sobre consumo vai permitir ao Brasil reduzir a carga tributária de 35% para, no máximo, 26,5%, vai permitir ao Brasil ter uma diminuição do Custo País, do custo tributário, para ganhar competitividade, eficiência produtiva, e permitir que a indústria nacional possa vender mais para os brasileiros e competir melhor contra os importados, mas também vai permitir ao Brasil competir melhor no comércio internacional, em especial naqueles produtos com maior valor agregado, que hoje sofriam aumento de custo por causa do imposto sobre imposto, da cumulatividade tributária.

Por isso, esta Casa acertou. A Emenda Constitucional nº 132 foi perfeita, a partir do momento em que criou um único imposto, um único comitê gestor, um sistema e uma única legislação nacional para simplificar e modernizar o sistema tributário.

Vamos à votação, Presidente.

Obrigado.

Documento 3/28

144.2024	Sessão Ordinária - CD	12/08/2024-19:28
Publ.: DCD - 8/13/2024 -	Arnaldo Jardim-CIDADANIA -SP	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da construção de consenso na discussão sobre a transição energética, elogiando a atuação do Deputado José Guimarães e dos Ministérios envolvidos no êxito do Projeto de Lei nº 3.027, de 2024, que institui o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono – PHBC. Ademais, convidou os Parlamentares para um encontro na Comissão Especial sobre Transição Energética, que contará com a presença dos Governadores do Ceará e do Piauí, além de representantes de empresas comprometidas com a produção de hidrogênio de baixo carbono. Além disso, ressaltou o papel do Parlamento na aprovação de legislações que incentivam a economia de baixo carbono, como o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa MOVER) e a reforma tributária. Por fim, mencionou o protagonismo que o Brasil terá nos próximos anos ao presidir o Grupo dos Vinte (G20) e o Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS) bem como sediar a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), reforçando seu compromisso com a sustentabilidade.



O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Bem rapidamente, se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, fazendo eco àquilo que foi a diligente atitude de busca de construção do consenso que caracterizou a participação do Deputado José Guimarães nesta matéria, como em todas, mas particularmente nesta, de forma tão relevante, eu queria convidar a todas as Sras. e a todos os Srs. Parlamentares para, amanhã, às 14 horas, no Plenário 2, na Comissão Especial sobre Transição Energética e Produção de Hidrogênio Verde, participarem do grande encontro em que estarão presentes o Governador Elmano de Freitas, do Estado do Ceará, e o Governador Rafael Fonteles, do Estado do Piauí. Lá estarão representantes de seis empresas, que já anunciarão projetos para a implementação da produção do hidrogênio de baixo carbono no Brasil. Será um momento nobre com os principais pesquisadores, que nos ajudaram, todos, de forma muito presente, e também marcará a relação permanente com o Governo. Destaco a atuação do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Ministério da Fazenda, que esteve presente o tempo todo. Isso nos permitiu, além do processo de elaboração no âmbito do Poder Legislativo, fazer esse ajuste permanente com o Poder Executivo.

A Comissão Especial sobre Transição Energética fez um sem-número de audiências públicas, algumas regionalmente. O próprio Estado do Ceará, a que se referiu agora o Deputado José Guimarães, foi um dos locais em que a Comissão esteve, dialogando e recolhendo contribuições. Destaco que esse instrumento dialoga com o combustível do futuro que nós votamos aqui e com todos os de que nos lembramos: o etanol, o biodiesel, o biogás e o biometano, o *diesel* verde, a captura e o armazenamento de CO₂, todas iniciativas positivas. Ele dialoga com outro momento nobre que teve o Parlamento. Estou dizendo isso porque eu acho que, em determinados instantes, Sr. Presidente, nós nos esquecemos do número de coisas que temos conseguido produzir aqui.

O Programa MOVER, que dá nova diretiva à indústria automobilística e que estabelece um cenário de futuro, em que a eletrificação vai ser um elemento presente, teve a ver com o próprio espírito da reforma tributária. Na reforma tributária, nós caracterizamos a tributação diferenciada para os veículos que tenham menor impacto ambiental. Então, veja como a coisa se soma: é o combustível do futuro, é o marco regulatório do saneamento e é o Programa MOVER dialogando com a reforma tributária. Uma das propostas de emenda à Constituição que nós votamos aqui, aquela que estabelece a diferenciação tributária entre combustíveis fósseis e combustíveis renováveis, foi totalmente assimilada. Eu vejo aqui o Deputado Reginaldo Lopes, que teve um grande papel nisso, que zelou para que isso pudesse estar integrado lá.

Outra questão: a Deputada Marussa Boldrin, que estava há poucos instantes no plenário, foi a Relatora de uma matéria também aprovada aqui, sobre o Programa de Aceleração da Transição Energética — PATEN.

Então, veja que formidável arsenal nós temos para fazer com que esse processo tenha sequência, para que, ao final, nós possamos constituir esse arcabouço



regulatório que vai ter esta virtude: a de fazer o Brasil ser líder da nova economia, a economia de baixo carbono, a economia verde, como alguns chamam.

No ano que vem, nós teremos dois momentos extraordinários: o Brasil presidirá o G-20 e o BRICS e sediará a COP 30. O Brasil poderá se apresentar neste momento com esse conjunto de iniciativas.

Agradecemos a paciência de todos.

Um detalhe técnico só está sendo revisto, mas o parecer definitivo chegará a tempo. O.k.?

Dito isso, muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-17:28
Publ.: DCD - 8/14/2024 - Messias Donato-REPUBLICANOS -ES		
BREVES COMUNICAÇÕES		BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a reforma tributária, destacando as perdas de receita enfrentadas pelos Estados e a introdução de novas taxações, como DPVAT, PIS/COFINS sobre combustíveis e gás de cozinha, e tributação de importações. Expressou descontentamento com o aumento dos impostos, incluindo a elevação da taxa sobre serviços funerários, que agora é superior a 26%. Acusou o Governo de estar desgovernado e de aplicar cortes em áreas essenciais como educação, segurança e saúde. Ressaltou que votou contra a reforma e criticou o impacto negativo das medidas sobre a população, especialmente em momentos de sofrimento.

O SR. MESSIAS DONATO (Bloco/REPUBLICANOS - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, venho, mais uma vez, a esta tribuna para dizer que nós avisamos sobre a reforma tributária.

Aqueles que fizeram *lobby*, que foram de gabinete em gabinete, que reuniram as bancadas federais dos seus Estados, aqueles Governadores que pediram voto para a reforma tributária agora já estão colecionando diversas derrotas. A primeira derrota é moral; a segunda, arrecadatória. Por quê? Já começaram a sofrer perda de receita em seus Estados.

Falemos das taxações. Vejam os absurdos: a retomada do DPVAT, a retomada de PIS/COFINS sobre o combustível e sobre o gás de cozinha, a tributação



das *offshores*, da importação de painéis solares e veículos elétricos, a tributação sobre a importação. Neste caso, nós destacamos as famosas blusinhas, aquelas que não tinham nenhuma taxa. Quem não se lembra das blusinhas? Enfim, há taxação de serviço e tantas outras taxações.

Não bastasse isso, este desgoverno, desesperado, de forma macabra, para arrecadar, buscar recursos, tirar do rico, tirar da classe média, tirar do pobre, chega exatamente àqueles que estão passando por momentos difíceis. Agora, as empresas de serviços funerários, pasmem V.Exas., estão se movimentando nos bastidores para tentarem reverter a alta dos impostos na regulamentação da reforma tributária, à qual eu não votei favoravelmente — ela não tem a digital do Deputado Federal Messias Donato, do Espírito Santo. Eu votei contra a reforma tributária.

Sr. Presidente, num momento de dor, num momento de lágrimas, num momento de tristeza, num momento em que o corpo está sendo velado, Deputado Cabo Gilberto, num momento de sofrimento do brasileiro, de sofrimento das famílias que perderam entes queridos, o tributo, que era de 8%, agora, com Lula, com o Governo do amor, com Haddad, vai para mais de 26%. Isso é um absurdo!

Os brasileiros já não aguentam mais este desgoverno, que não tem o que apresentar em se tratando da economia; que faz cortes na educação, na segurança pública, na saúde. Aqueles que fizeram o L, agora, estão arrependidos e estão até fazendo greve: é greve de professores universitários, greve de enfermeiros, entre tantas outras.

Este Governo do PT é uma vergonha para o Brasil!

Muito obrigado.

Documento 5/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-18:16
Publ.: DCD - 8/14/2024 -	Mauro Benevides Filho-PDT -CE	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.



O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se do relatório do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que organiza o funcionamento do Comitê Gestor que vai regular tanto o funcionamento do Imposto sobre Bens e Serviços — IBS, quanto da Contribuição sobre Bens e Serviços — CBS, já que, apesar de ser um IVA dual, é uma legislação única, e, em sendo legislação única, teríamos que tomar algumas cautelas na padronização dessa matéria.

Quero dizer a esta Casa que os sete Deputados do nosso grupo participaram da elaboração desse relatório, e coube a mim, como deferência, a relatoria da matéria.

Nós tivemos a precaução de ouvir 126 Deputados e Deputadas, fazendo suas ponderações, que disseram, na realidade, o que precisava ser aprimorado, incorporado ou até mesmo retirado de alguma forma, para que não pairasse qualquer dúvida em relação ao funcionamento dos tributos.

Vou destacar, em nosso relatório, cinco ou seis pontos que foram nevrálgicos para os Parlamentares e geraram discussões sobre a matéria.

Portanto, vem aqui a primeira colocação.

O texto que chega de lá para cá, no que concerne ao terceiro nível de decisão do IBS, ou seja, da avaliação dos autos de infração, chega de início sem contribuinte participando dessa decisão de terceiro grau. Ouvindo Parlamentares, ouvindo o setor privado, ouvindo o próprio Governo Federal, que contribuiu muito — tanto a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, com o Secretário Appy, quanto o Ministro, enfim —, nós procuramos fazer uma coordenação do que estava presente no texto e do que poderia estar de comum acordo com o Poder Executivo.

Então, o primeiro ponto de que esta Casa precisa tomar conhecimento, em relação à reclamação de que a decisão do comitê de terceiro grau não tinha contribuinte para fazer o contrabalanço da posição do Fisco, essa questão está integralmente resolvida, incorporada ao relatório que está no sistema. Tenho, portanto, a certeza de que temos realmente o melhor aprimoramento que se pôde obter ao longo de tudo isso. O Presidente Arthur Lira esteve sempre muito atento a essa matéria, e procuramos, portanto, fazer essa convergência com todos os Parlamentares.

É por isso, portanto, que eu estou aqui hoje, em nome dos sete Deputados que participaram do grupo: Deputado Vitor Lippi, Deputado Ivan Valente, Deputado Christino Aureo, Deputado Luiz Carlos Hauly, Deputado Pedro Campos e, além de mim, o Deputado Bruno Farias. Somos os sete Parlamentares que compuseram, portanto, essa análise.

O segundo ponto que eu gostaria de destacar — essa é uma preocupação muito



grande do setor privado —, para o qual eu queria pedir a atenção dos Deputados e das Deputadas, é a respeito daquele medo de termos um fiscal do Município de manhã, um fiscal do Estado à tarde, um fiscal da União à noite. Está eliminada essa possibilidade. Na Diretoria de Fiscalização, Deputado Hildo Rocha, vai haver uma coordenação, a fim de evitar esse arrocho dos três entes de uma forma só.

Agora, fizemos a ressalva de que, se determinado ente, se determinado auditor encontrar alguma matéria relevante, Deputado Merlong, isso possa ser compartilhado com os demais entes. Isso deu segurança às empresas de que não haveria essa sistemática de cobrança, que era um temor. Eu recebi vários segmentos, várias entidades, também empresariais, preocupados com esse tipo de possibilidade, que nós eliminamos com o relatório, com o texto substitutivo, que apresento neste momento para todos os Deputados examinarem.

O terceiro ponto diz respeito a um pedido da bancada das mulheres. Há o Comitê Gestor, que são os secretários, mas há as diretorias, que vão tratar disso no dia a dia. São as diretorias que vão tocar o dia a dia dessa coordenação, que será feita pelo Comitê Gestor. A proposta que nos chegou era no sentido de que seria importante, em todas as diretorias, haver, no mínimo, 30% de mulheres, que seriam capazes, portanto, de conduzir toda essa gestão, toda essa gerência. É mais um ponto que foi colocado, para que não pairasse qualquer dúvida em relação à participação feminina, que tem crescido, inclusive no processo eleitoral, e que, agora, vem sendo repassada para todas as instâncias decisórias.

Havia uma preocupação muito grande, sobretudo no Estado do Rio de Janeiro — atenção, Deputados do Rio de Janeiro! —, em relação ao Fundo de Combate à Pobreza. Há uma reclamação dos Municípios de que a alíquota de 11% do FECOP, ou seja, do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, retirava muito dinheiro dos Municípios. Houve, portanto, uma pressão muito grande para que essa alíquota fosse limitada a 1%.

A ponderação do Governador Cláudio Castro e do *staff* dele era de que nós não poderíamos tirar de uma vez só, Deputado Pedro Paulo, 10% da receita do Estado. Portanto, preocupados com essa ponderação, nós fizemos um acordo sobre essa convergência, de 11% para 1%, no sentido de que Estados que porventura tiverem alíquotas do Fundo de Combate à Pobreza maiores do que 1% vão ter um prazo — a palavra do momento agora é *phase out* —, vão ter um *phase out* durante 25 anos. Assim, nenhum Estado, nenhum Município poderá reclamar da formatação final do texto, porque aqui, sim, foi buscada a convergência para essa preocupação que lá está colocada.

Foi apresentado também um problema que gerou muita controvérsia, que é a questão do pagamento do ITCMD sobre o VGBL. Muitos tiveram preocupação com essa questão, mas, também aí, nós conseguimos fazer um acordo sobre como deveria ficar no texto. "*Como foi feito isso, Deputado Mauro Benevides Filho?*" Foi feito da seguinte forma: o VGBL securitizado, ou seja, que tem característica de seguro, ficou integralmente isento do pagamento do ITCMD.



Isso já deu uma grande acalmada em relação a essa questão.

Atenção, Sras. e Srs. Deputados, no que concerne à questão do VGBL previdenciário — nós estamos falando de aportes de 10 anos, de 15 anos, de 20 anos, de 25 anos, enfim, de longo prazo —, havia e há uma preocupação: como as pessoas mais ricas estavam fazendo em relação ao VGBL? Elas passavam muitos anos aplicando em fundos, em CDBs, em letras as mais variadas possíveis, e, quando alcançavam os 70 anos, 75 anos de idade, migravam de todas essas aplicações para o VGBL, na tentativa, em planejamento tributário, de não pagar o ITCMD. Isso porque há esta disputa: alguns Estados ganham a cobrança, outros ainda estão em disputa no STJ, aliás, já há duas causas no Supremo Tribunal Federal.

Então, o que nós resolvemos? Gerar um acordo com o setor privado e com os Estados brasileiros. Qual foi o acordo feito? Se é uma aplicação previdenciária — repito, uma aplicação de longo prazo, de 15 anos, de 20 anos, de 25 anos, e assim por diante, meu caro Líder do Governo, nobre Deputado José Guimarães —, qual foi o acordo que nós fizemos? No VGBL previdenciário, cuja característica é de 10 anos, 15 anos, 20 anos, nós fizemos o seguinte: o VGBL que tiver, no mínimo, 5 anos estará isento do pagamento do ITCMD. Em qualquer outra oportunidade, não. Nesse caso, haverá a incidência do tributo. Isso foi concordado pelo mercado, isso foi concordado por todas as pessoas.

Portanto, esse texto está dando a oportunidade de isenção do pagamento do tributo, e não da cobrança, como saiu na imprensa. É exatamente o inverso: o texto prevê a possibilidade de isenção do pagamento do ITCMD desde que o prazo de aplicação seja, no mínimo, de 5 anos, de 6 anos, de 7 anos, não interessa o prazo. Tendo o VGBL a característica de médio e longo prazo, ele, portanto, estará isento do pagamento do ITCMD.

Há outra questão muito debatida, e eu quero pedir a atenção do Plenário, porque isso também, Deputado Carlos Zarattini, foi negociado com todas as cooperativas, com as imobiliárias, com o Sistema SICOOB, no Brasil inteiro. Refiro-me ao pagamento do ITBI. Lembrem-se também de que a Emenda Constitucional nº 132 mexeu no imposto sobre o consumo e introduziu matérias sobre o patrimônio. Por isso, nós estamos tratando tanto do ITCMD como do ITBI, que é matéria que também está sendo definitivamente relatada. Havia uma dúvida sobre se o pagamento do ITBI poderia ser feito antes do registro do imóvel, porque a ideia era a de que, no compromisso de compra e venda registrado em cartório de notas, por exemplo, já pudesse ser cobrado o ITBI para fins de registro de compra por aquela pessoa.

Como isso gerou muita controvérsia, o que nós fizemos? Nós mantivemos o pagamento no registro de imóveis, mas abrimos a possibilidade de as Prefeituras poderem cobrar uma alíquota menor, se assim for vontade do contribuinte — esse passo é muito importante —, se for desejo do contribuinte, meu caro Deputado Ricardo Salles, que participou comigo da discussão dessa matéria. Dessa forma, nós abrimos a possibilidade de redução da alíquota pelo menos pela metade. Hoje, na minha cidade, Fortaleza, por exemplo, a alíquota



do registro de imóvel é de 4% e a do registro do compromisso de compra e venda é de 2%, cai pela metade. Então, muita gente aflui para o pagamento de uma alíquota reduzida. Dessa forma, não pairou qualquer dúvida em relação a essa questão. Nós, portanto, pacificamos muitos Deputados e Deputadas que vieram para cá para tratar efetivamente dessa questão.

Outro ponto que gerou controvérsia diz respeito à cobrança quando há divergência. Esse detalhe talvez seja um dos mais importantes do que nós fizemos dentro do contexto. Há o CARF julgando a CBS e há o Comitê Gestor, terceira instância, julgando o IBS, mas é preciso lembrar que a legislação é única. Portanto, não pode haver divergência entre o julgamento da CBS e o julgamento do IBS. O que nós fizemos? Inicialmente, havia a resistência da própria Receita, que depois foi convencida, Deputado Pedro Lupion. Nós trouxemos isso para o Comitê de Harmonização. Para quem não sabe, no Comitê Gestor vai haver um Comitê de Harmonização, que vai ter como missão, Sras. e Srs. Deputados, se houver posições divergentes entre o CARF e o Comitê Gestor do IBS, definir quem efetivamente está certo. Isso dá maior tranquilidade ao próprio contribuinte, dá segurança, porque a harmonização, eu diria, no linguajar do Supremo, uma vez feita, gerará o que nós chamamos de súmula vinculante. Tanto o Comitê Gestor quanto o CARF vão ter que seguir essa orientação. Já que a lei é única, não há razão para que geremos divergências de entendimento entre os dois conselhos que lá estão devidamente colocados.

Esse é um ponto que deu aos contribuintes a segurança de poderem saber que, mesmo havendo duas instâncias de decisão, sempre que houver divergência, haverá um Comitê de Harmonização que vai decidir quem está certo. Uma vez decidido quem está certo, será gerada uma súmula vinculante para que ambos os conselhos, Deputado Mário Heringer, sigam a mesma instrução que foi disciplinada pelo Comitê Gestor.

Já vou encerrar. Estou elencando só alguns pontos, pois o texto é muito extenso.

Outro fator que gerou problema, isso já de ontem para hoje, foi a distribuição dos lucros das empresas em relação ao pagamento do ITCMD. Se você tem dois sócios, cada um deles detendo 50% de uma empresa, quando essa empresa vai distribuir os lucros, ela tem que fazê-lo baseada na cota, ou seja, baseada no que cada um tem. Nesse exemplo, 50% teriam que ser distribuídos para cada sócio. Se fossem ser distribuídos mil reais, 500 reais iriam para um e 500 reais iriam para outro.

Contudo, há casos, até mesmo de briga familiar, em que se distribuem 700 reais para um e 300 reais para outro, fora da lei, fora da regra. Então, o que é que nós fizemos? Definimos que esse excedente que é feito fora da lei terá incidência do ITCMD. Muita gente falou que se está cobrando imposto de renda sobre o dividendo, mas não é nada disso, absolutamente nada disso; é que, no excedente da distribuição, haverá incidência dessa matéria. Conversando com o Deputado Claudio Cajado e com o Deputado Doutor



Luizinho, nós acertamos que essa diferença, ao ser taxada, terá um percentual menor de alíquota do que a alíquota normal do ITCMD. Isso acalmou todas essas pessoas, o que contribuiu para amenizar todas essas questões.

Então, esse é o relatório.

Dito isso, diante de tantas análises que esse comitê se propôs a fazer, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo à leitura da conclusão do voto.

"Em conclusão, votamos:

a) no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024 e, no mérito, pela sua aprovação com o substitutivo em anexo" — o Deputado Luiz Carlos Hauly contribuiu de maneira exaustiva para esse processo —; "e

b) no âmbito da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços e da Comissão de Administração e Serviço Público, pela aprovação do projeto de lei complementar na forma do substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação;

c) no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pelo atendimento dos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, e do substitutivo da CFT."

Encerro a leitura do relatório emitindo o meu parecer pela aprovação desta matéria, da forma como está posta no substitutivo desta Casa.

Documento 6/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-18:40
Publ.: DCD - 8/14/2024 -	Pauderney Avelino-UNIÃO -AM	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado elogiou o trabalho desempenhado pelo Relator Deputado Mauro Benevides Filho para aperfeiçoar o texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.



O SR. PAUDERNEY AVELINO (Bloco/UNIÃO - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas corroborar o que disse o Deputado Mauro Benevides Filho. Ele realmente atendeu um grande número de Parlamentares e acrescentou modificações ao texto que, tenho certeza, melhorou-o muito, uma vez que S.Exa., tendo sido Secretário da Fazenda do Ceará por 12 anos, conhece profundamente os mecanismos dessa matéria. Portanto, registro meus cumprimentos.

Vamos votar!

Documento 7/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-18:40
Publ.: DCD - 8/14/2024 -	Claudio Cajado-PP -BA	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado esclareceu ao Plenário que manteve o destaque sobre a questão da taxação da distribuição desproporcional dos lucros, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, se V.Exa. me permitir, gostaria de dar um esclarecimento.

Eu conversei com o Deputado Mauro Benevides Filho, pela manhã, no intuito de podermos rever essa posição de taxar a distribuição desproporcional dos lucros. Porém, o destaque foi apresentado.

Deputado Mauro, eu peço a V.Exa. que compreenda que conversei com vários Líderes e Parlamentares no plenário, e eles pediram que nós mantivéssemos o destaque. À guisa de respeito a V.Exa., nós vamos manter o destaque, porque nós não chegamos a conversar até o momento que V.Exa. apresentou o substitutivo. Assim, nós optamos por manter o destaque, ouvido o Plenário, principalmente alguns Líderes.

Presidente, esse era o esclarecimento que eu queria dar ao Plenário e a V.Exa.



Documento 8/28

147.2024

Sessão Ordinária - CD

13/08/2024-14:28

Publ.: DCD - 8/14/2024 - Airton Faleiro-PT -PA

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado prestou homenagem póstuma ao ex-servidor Athos Pereira, militante do Partido dos Trabalhadores. Em seguida, defendeu a criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), prevista no Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024. Destacou que o comitê é fundamental para a implementação da reforma tributária, garantindo uma arrecadação mais justa e promovendo o crescimento econômico do Brasil.

O SR. AIRTON FALEIRO (Bloco/PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e todos os nossos pares.

Começo meu pronunciamento fazendo uma homenagem a uma pessoa que nos deixou, partiu para o plano superior. Foi servidor desta Casa, foi chefe de gabinete da assessoria da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Estou falando de Athos Pereira. Foi Presidente do nosso partido em Goiás, foi da Executiva Nacional do nosso partido. Esse ser humano dedicou sua vida às grandes causas. Ainda jovem, com 20 anos, liderou, com outros companheiros, a luta contra o golpe militar. Foi exilado. Ao retornar, ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores. Hoje, foi vencido pelo câncer.

Fica registrada a nossa homenagem, o nosso reconhecimento.

Que as boas lembranças de tudo que ele nos deixa confortem a alma, o coração e a mente de todos os seus familiares, companheiros e companheiras!

Sr. Presidente, abordo agora outro assunto. Eu estava prestando atenção ao colega que me antecedeu, que estava falando a respeito do projeto que está na pauta de hoje, o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que cria o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, o famoso IBS. O Deputado estava levantando preocupações aqui.

É bom lembrar que a criação desse comitê gestor é resultante do que aprovamos na reforma tributária. É bom lembrar que esta Casa, atendendo proposição do Governo Federal, do Ministro Haddad e do Presidente Lula, aprovou uma reforma tributária revolucionária, alterando o nosso tão injusto sistema tributário, no qual os que podiam menos pagavam mais e os que podiam mais pagavam menos. Agora acontece o contrário! Quem pode mais paga mais, quem pode menos paga menos. O Presidente Lula já decretou isenção do pagamento de Imposto de Renda para os que ganham até dois salários mínimos. Ele quer essa isenção para quem recebe salário de até 5 mil



reais; ele quer redução ou até isenção de impostos para a cesta básica, a fim de baratear os alimentos. Nós temos que aprovar isso aqui com aplausos, porque, ao contrário do que se pode pensar, esse comitê gestor tem o papel de ajudar o Brasil a crescer a partir da reforma tributária, porque o Brasil não dará conta, com a atual arrecadação, de resolver os seus problemas. Essa melhoria na arrecadação, desta vez vindo de quem pode mais, vai ajudar o Brasil a crescer, e, como a reforma tributária foi inclusiva, junto com o crescimento do Brasil vai crescer o povo brasileiro, que vai melhorar de vida, vai melhorar sua renda, vai melhorar a sua qualidade de cidadão.

Eu estava lendo aqui esse projeto. O Comitê Gestor do IBS trata de arrecadação, fiscalização, algo determinante, compensação de débitos e créditos, distribuição de receita, interpretação da legislação e, ainda, resolução de contenciosos, que são aquelas ações que tramitam na Justiça. Quando alguém ganha, é preciso que haja destinação.

A criação desse comitê gestor, Presidente, é determinante para caminharmos a passos largos no sentido da regulamentação, da praticidade da execução da reforma tributária, pelo que o povo brasileiro aplaudiu o Congresso, o povo brasileiro aplaudiu o nosso Governo. Há 40 anos não se mexia na reforma tributária. Não podemos, portanto, frustrar o povo brasileiro, agora lançar dúvidas sobre a criação desse comitê gestor, sobre o papel desse comitê gestor. Aliás, já estava definido na própria reforma tributária que haveria esse comitê gestor.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

Documento 9/28

147.2024

Sessão Ordinária - CD

13/08/2024-15:00

Publ.: DCD - 8/14/2024 - Capitão Samuel-PP -SE

BREVES COMUNICAÇÕES
BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços. No entanto, criticou a retirada de prerrogativas dos auditores municipais e estaduais, que perderiam autoridade para outras instâncias do Executivo. Argumentou que a transferência de poderes prejudica os profissionais responsáveis pela fiscalização tributária, ressaltando que a intervenção da Procuradoria-Geral do Estado ou Município deveria ocorrer apenas em casos de judicialização. Por fim, defendeu que a autoridade tributária permaneça com



os fiscos municipais e estaduais.

O SR. CAPITÃO SAMUEL (Bloco/PP - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, está na pauta que nós vamos votar daqui a pouco nesta Casa o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços no âmbito do processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços. Esse é um projeto de lei importante para todo o Brasil, para os Estados e para os Municípios.

Porém, nesse projeto, os fiscos estaduais e os fiscos municipais, ou seja, as autoridades tributárias, estão perdendo a autoridade. Nós, junto com outros Deputados, estamos trabalhando com o Deputado Luiz Carlos Hauly, Relator do projeto, para que não se retirem as prerrogativas dos auditores municipais e dos auditores estaduais, homens e mulheres que realizam um grande trabalho País afora, enfrentando muitas dificuldades. As prerrogativas dessa classe estão sendo diminuídas, estão sendo deixadas de lado, e está sendo priorizado o contencioso judicial. Transfere-se a autoridade desses homens e mulheres para outras autoridades do Executivo, inicialmente, os procuradores dos Estados e dos Municípios.

Não há justificativa para isso. Caso o contribuinte não resolva seu caso na Secretaria da Fazenda Municipal ou Estadual, aí, sim, o Estado ou o Município pode entrar na Justiça, via PGE, por exemplo, para buscar solução para o conflito relativo aos impostos devidos. Nós não podemos deixar essa categoria de fora para privilegiar outra. Acho que a PGE tem que ter o seu momento na hora da judicialização, mas, no âmbito administrativo federal, estadual e municipal, a autoridade tributária tem que ficar com o fisco municipal e estadual.

É isso, Sr. Presidente.

Documento 10/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-19:16
Publ.: DCD - 8/14/2024 -	Mauro Benevides Filho-PDT -CE	
	ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação



do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (Bloco/PDT - CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a ler o voto.

"Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 109 Emendas de Plenário". Isso demonstra, portanto, um interesse muito grande pela matéria, apesar das inúmeras alterações que foram feitas no decorrer do processo.

"Após amplo diálogo com diversos Líderes partidários" — e Deputados individuais — "entendemos que o substitutivo pode ser aprimorado, em especial em face do espírito das Emendas nºs 1, 2 e 9.

No que se refere às demais emendas, somos da opinião de que o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar por nós apresentado já tratava adequadamente a matéria sob análise, razão pela qual somos pela rejeição dessas emendas de Plenário". Muitas delas acabaram sendo aproveitadas no texto que está lá no sistema agora.

"Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços e da Comissão de Administração e Serviço Público, somos pela aprovação das Emendas de Plenário nº 1, 2 e 9, na forma da Subemenda Substitutiva da Comissão de Finanças e Tributação, e pela rejeição das demais emendas.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública da União, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária de todas as Emendas de Plenário e, no mérito, votamos pela aprovação das Emendas nº 1, 2 e 9, na forma da Subemenda Substitutiva anexa, e pela rejeição das demais Emendas de Plenário.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as Emendas de Plenário e da Subemenda Substitutiva da Comissão de Finanças e Tributação".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Documento 11/28

147.2024

Sessão Ordinária - CD

13/08/2024-17:20

Publ.: DCD - 8/14/2024 - Julia Zanatta-PL -SC

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

A Deputada expressou preocupação com a reforma tributária e requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, que, segundo ela, deveria ser chamado de "Comitê Soviético", pois ameaça o pacto federativo e retira a autonomia dos Estados e Municípios. Afirmou que a centralização de poder em Brasília resultaria em maiores impostos e impactos negativos para a população, especialmente para os mais vulneráveis. Também criticou declarações recentes do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre heranças, e acusou o Governo de buscar apenas aumentar a arrecadação sem considerar as consequências para as famílias. Reiterou sua insatisfação com a forma como a reforma foi aprovada e lamentou a falta de resistência da Casa Legislativa.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Nobres colegas Deputados, venho aqui falar mais uma vez sobre a pior tragédia que vai acontecer no Brasil, ou melhor, está acontecendo: a reforma tributária. Não me canso de falar sobre isso, ainda mais porque tenho andado pelo meu Estado, Santa Catarina, conversado com as pessoas, e muitas delas não sabem da gravidade do que está acontecendo no Brasil.

Há coisas que estão me tirando o sono. Ontem aqui passou o requerimento de urgência para uma coisa que vai se chamar Comitê Gestor, mas cujo nome deveria ser Comitê Soviético, porque vai acabar com o pacto federativo do nosso País, vai tirar a pouca autonomia que os Estados e os Municípios do nosso Brasil têm.

O que mais me choca é ver Deputados desta Casa vendendo isso como se fosse algo bom! O que me deixa triste é ver a imprensa vendendo isso como algo bom! A nossa chance de barrar isso — e eu avisei lá atrás — era a PEC, o texto-base, mas ninguém deu bola ao que eu disse. Os Deputados votaram sem saber quais seriam as complementações da reforma. E agora nós vamos centralizar mais poder e mais dinheiro aqui em Brasília, fazendo com que a população que vive em cada Município deste Brasil sofra ainda mais, com o Governo arrancando muito mais dinheiro do nosso bolso, do bolso do povo! E, claro, quem sofre primeiro é o mais vulnerável, é o mais pobre, porque vai aumentar o preço de tudo! Quiseram negar isso no começo, mas agora não dá mais para negar, não dá mais para evitar a realidade.

Vejam só a perversidade de algumas pessoas. Outro dia, o Ministro Haddad deu uma entrevista, dizendo que herança é ruim para o herdeiro. Ele disse que herança é ruim! Não se trata só de herança, de dinheiro, como se falássemos de pessoas que têm bilhões. Trata-se do cara que tem uma propriedade e muitas vezes não consegue fazer um inventário porque é caro. E é doloroso para a



família ter que pagar por algo que já é dela, que já é da família, por anos e anos. Então, estamos vivendo sob um Governo perverso!

O Lula, o Haddad e sua turma só pensam em arrecadar dinheiro!

Eu tenho vergonha de ver Deputados desta Casa deixarem passar tudo o que eles querem nesta pauta econômica. *"Não, vejam bem, nós votamos os costumes com vocês, mas temos a pauta econômica, nós precisamos fazer o Brasil andar."* Andar ou falir?! São canalhas, canalhas que não olham para o futuro das próximas gerações, não olham para o futuro dos próprios filhos. Isso é uma vergonha! *"Ah, mas você vota os costumes com a bancada conservadora."*

Com esse comitê gestor, com essa centralização de poder e de dinheiro, eles não precisam que nós votemos nada, porque esse comitê gestor vai ter mais poder que um Senador da República ou um Deputado ou um Governador.

Eu avisei.

Muito obrigada.

Documento 12/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-19:16
Publ.: DCD - 8/14/2024 -	Erika Kokay-PT -DF	
	ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Ademais, defendeu alteração na proposição para eliminar a tributação sobre fundos de pensão, argumentando em prol da isenção tributária.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Nós caminhamos na perspectiva de eliminação da guerra fiscal, que incomoda o conjunto dos Estados e Municípios, com os impostos, o estadual e também o municipal. Então, é fundamental que isso se consolide com a construção de um comitê que tenha a participação dos Municípios e dos Estados, para que se possa harmonizar a construção de um imposto único — um comitê que vai



estabelecer as relações e fortalecer o pacto federativo, que vai uniformizar a metodologia de cálculo, a interpretação e inclusive o procedimento sobre o contencioso.

Se há um contencioso a partir de um imposto, como é que se vai lidar com esse contencioso se não tiver a capacidade de um comitê que possa fazer a padronização, que possa fazer a uniformização? Alguns dizem: "*Não, mas veja, isso aí tira prerrogativas do Congresso*". Nós estamos falando, em grande medida, de normas que são infralegais. Estamos dizendo que a metodologia a ser estabelecida para o cálculo do próprio imposto será revisada pelo Tribunal de Contas e será objeto de uma resolução do Congresso através do Senado.

Portanto, é fundamental que nós possamos concretizar o que esta Casa já apoiou com a unificação dos impostos, para que nós definitivamente acabemos com a guerra fiscal, para que definitivamente tenhamos Estados, que hoje geram o ICMS, e Municípios, que geram o ISS, harmonizados na construção de uma metodologia, de uma interpretação e de uma padronização.

É fundamental, portanto, que nós possamos aprovar este projeto. Mas é fundamental que nós possamos corrigi-lo também em aspectos que me parecem extremamente cruéis. Este projeto está impondo — impondo — um imposto para pensionistas, para viúvas, viúvos, órfãos e órfãs. Está considerando que os fundos de pensão, a complementação da aposentadoria, é um patrimônio, como se fosse uma herança, uma fortuna. É fruto de uma poupança de trabalhadores e trabalhadoras. Nós não podemos, nós que aprovamos aqui a isenção dos fundos de pensão, impor hoje um imposto para essas pessoas, para as viúvas, para os viúvos, para os órfãos, para as órfãs.

Por isso, é fundamental que nós possamos corrigir essa distorção.

Documento 13/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-19:32
Publ.: DCD - 8/14/2024 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Na oportunidade, parabenizou o Relator, o Deputado Mauro



Benevides e todas as demais pessoas que contribuíram com a reforma tributária.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Em nome do bloco, encaminho o voto "sim" à aprovação do PLP 108, pelas razões que já expus anteriormente: pela grandiosidade da mudança tributária que esta Casa está fazendo e pela importância econômica e estratégica do IVA que acabamos de aprovar na Casa. Esta lei é a segunda peça legal que dá complemento para que ela seja devidamente implementada.

Quero parabenizar o Relator, o Deputado Mauro Benevides, todos os membros do G7, toda a Casa e todos aqueles e aquelas que vêm votando favoravelmente à mais importante reforma capitalista liberal da história do Brasil.

Votamos "sim", pelo Brasil!

Documento 14/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-19:36
Publ.: DCD - 8/14/2024 -	Merlong Solano-PT -PI	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado orientou a bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global oferecida ao Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Na oportunidade, defendeu a capacidade da reforma tributária em diminuir a carga tributária, incentivar o crescimento econômico e gerar empregos.

O SR. MERLONG SOLANO (Bloco/PT - PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a federação orienta "sim" a uma reforma tributária que consagra em lei a transparência, pois cada cidadão vai saber exatamente quanto paga de imposto em cada operação; uma reforma que põe fim à guerra fiscal ao adotar a tributação no destino e que também possibilita a redução da sonegação fiscal e, por isso mesmo, cria a possibilidade de uma redução da carga tributária no nosso País, incentivando o crescimento da nossa economia e a geração de empregos.



Votamos "sim".

Documento 15/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-19:44
Publ.: DCD - 8/14/2024 -	Danilo Forte-UNIÃO -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou o protagonismo do Congresso Nacional na construção de um orçamento transparente e participativo, ressaltando a importância da autonomia do Parlamento em relação ao Poder Executivo. Enfatizou a necessidade de manter as conquistas legislativas, como a impositividade das emendas e a fiscalização rigorosa das transferências de recursos. Criticou a inoperância da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que possui restos a pagar de 8 bilhões de reais, e defendeu a continuidade das discussões para melhorar o modelo orçamentário, garantindo que o Parlamento não retroceda em suas conquistas.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem sombra de dúvida, hoje estamos votando uma reforma tributária. E este Congresso Nacional abrigou a postura de um protagonismo nunca antes visto neste País e neste Parlamento.

Era muito comum, muito usual que a pauta do Congresso Nacional sempre fosse um desdobramento da vontade do Poder Executivo. E essa altivez, essa determinação e essa autonomia do Congresso Nacional foram construídas graças à impositividade das emendas individuais, que começaram lá em 2014, quando eu tive a oportunidade, pela primeira vez, de ser Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

De lá para cá, nós percebemos que o Congresso Nacional, cada vez mais, na sua autonomia e no seu dever constitucional de ter a obrigação de fazer a Lei Orçamentária Anual e de fiscalizar a execução do Orçamento, foi, com isso, garantindo um protagonismo. E as matérias, hoje, são de conteúdo possível graças exatamente a essa construção.

Eu quero aqui exaltar, mais uma vez, a nossa preocupação, no ano passado, quando fui determinado e indicado para relatar a LDO, de buscar construir um orçamento o mais transparente possível. E aqui agradeço, honrado, a determinação que me foi dada pelo Presidente da Casa, o Deputado Arthur Lira, de construir um orçamento participativo e, ao mesmo tempo, que pudesse garantir as conquistas do Congresso Nacional e do Parlamento brasileiro. E



assim foi feito.

Foram várias audiências públicas, todas elas baseadas numa construção em que nós pudéssemos abrigar aquilo que a sociedade queria incluir no orçamento. E foi nessa busca que nós trouxemos, para dentro do orçamento, inclusive, um orçamento exclusivo para garantir os direitos das crianças com deficiência, principalmente aquelas que têm transtorno do espectro autista. Foi assim que nós garantimos a inclusão, no orçamento, da luta das mulheres contra a violência, incluindo o programa Antes que Aconteça exatamente para dar a ele garantia financeira e para diminuir e combater a violência contra as mulheres.

Dentro deste contexto, nós criamos exatamente a ampliação da impositividade do orçamento, que se faz necessária até para dar segurança jurídica ao País e segurança financeira na execução do próprio orçamento, porque nós sabemos que, ciclicamente, o Brasil repete crises fiscais em cima de crises fiscais, oriundas muitas vezes de um orçamento inflado, de um orçamento desproporcional ao tamanho da arrecadação que o País tem. E aí ficam buscando puxadinhos, artifícios que geram déficit fiscais, que criam inclusive insegurança para a estabilidade econômica e financeira do País e que contribuem sensivelmente para o aumento de juros e para o aumento da inflação. Por quê? Porque o orçamento é muito maior do que o que cabe no bolso dos brasileiros e brasileiras.

Não se pode continuar fazendo ajuste fiscal apenas aumentando impostos. E nós do Congresso Nacional, mais uma vez, com a nossa altivez, conseguimos diminuir impostos. Pela primeira vez na história, nós votamos aqui, em 2022, uma lei que reduziu o imposto da gasolina, da energia e de outros combustíveis, inclusive com um projeto de lei de minha autoria e relatado pelo Líder do meu partido, o Deputado Elmar Nascimento. Essa busca fez com que nós garantíssemos a constitucionalidade da LDO.

Porém, de repente, fomos tomados pela iniciativa da Suprema Corte de suspender o pagamento das emendas. Todos sabem da nossa luta para instituir um cronograma de pagamentos das emendas, para que não se retornasse à prática do "toma lá, dá-cá", não houvesse a volta da subserviência do Poder Legislativo ao Poder Executivo. Nós temos clareza com relação a isso.

Essa conquista precisa ser preservada, e a preservação dessa conquista passa, necessariamente, pelo embasamento jurídico que nós demos a essa vitória do Parlamento brasileiro. A Emenda Constitucional nº 105, de 2019, no seu art. 166-A, determina a forma de transferência dos recursos do Governo Federal para entes estaduais e municipais. Isso está na Constituição. Nós não criamos nada novo com relação à transferência. O que nós fizemos na LDO foi garantir a fiscalização dessas transferências, por meio do art. 83, § 5º, da LDO de 2024, redigido por mim, numa construção conjunta com o Tribunal de Contas da União. Dessa forma, o Tribunal de Contas da União pode fiscalizar as transferências especiais e, ao mesmo tempo, pode fazer convênios com os Tribunais de Contas dos Estados para fiscalizar a execução nos Estados. Isso



foi fruto da LDO aprovada pelo Congresso Nacional.

Não me venham criar subjetividades ou ilações sobre algo que não está previsto na legislação. A legislação prevê o instituto da transferência e prevê a fiscalização. Não podemos ser manipulados para diminuir o nosso papel e a importância do Congresso Nacional, diante da necessidade constitucional de elaborar a lei orçamentária do País.

Meus amigos, nesse momento estamos dispostos ao diálogo. Eu até me surpreendi quando foram feitas as indagações e a automática suspensão da execução orçamentária pelo Poder Judiciário sem a devida vênua de buscar fazer um entendimento com o Poder Legislativo. Todos sabem que eu sempre estive muito disponível para debater com todos os entes federados. Eu debati com o Supremo quando questionaram a nossa lei que reduziu os impostos. Nós conseguimos garantir que havia constitucionalidade na lei que reduziu os impostos, que foi uma vitória do povo brasileiro. Agora, de novo, estamos dispostos a debater o Orçamento de 2024.

Não podemos sofrer a paralisação da execução orçamentária em nome da subserviência do Parlamento, em nome da volta do "toma lá, dá cá", em nome da entrega da conquista mais importante para o municipalismo brasileiro, que são as intervenções diretas da execução orçamentária.

Todo mundo sabe que há uma preferência pelas transferências, e não é porque elas são escondidas ou opacas, não. Há uma preferência pelas transferências porque elas se dão de forma mais rápida. Se hoje você faz um convênio para uma obra de saneamento básico com uma instituição federal — FUNASA, DNOCS, Ministério das Cidades, Ministério da Integração —, você pode ter certeza de que, quando começar a execução dessa obra, esse recurso, esse orçamento já estará defasado, porque são no mínimo 2 anos de análise, vários órgãos têm que intervir, e o Município termina perdendo o recurso.

É necessário e importante que este Plenário saiba que a FUNASA, da qual nós lutamos contra a extinção, tem restos a pagar de 8 bilhões de reais. Isso está parado lá pela inoperância da atual gestão da FUNASA, pela falta de compromisso em atender aos Municípios brasileiros. Nós inclusive tivemos o cuidado de abrir espaço na LDO deste ano para que as emendas parlamentares pudessem suplementar convênios da FUNASA, do FNDE, do DNOCS ou de qualquer outro órgão do Governo Federal que estivesse defasado, exatamente porque não se consegue fazer a execução no tempo hábil, naquele orçamento que foi previsto por uma emenda parlamentar ou até mesmo por uma indicação orçamentária do Governo Federal.

Então, neste momento, é necessário que nós entendamos que, primeiro, nós estamos dispostos a revê-lo. Nós vamos discutir a LDO daqui a pouco. O Deputado Julio Arcoverde já está fazendo esse debate na CMO. Nós podemos, inclusive, fazer o orçamento de 2025 já dentro de outra modelagem. Eu mesmo defendi aqui no Plenário desta Casa que nós copiássemos o modelo alemão das emendas partidárias, das emendas dos blocos partidários, porque você valoriza



a liderança do partido, você valoriza a bancada e você tem um acompanhamento permanente dessas próprias bancadas. Esse debate não fluiu no ano passado, mas eu espero que neste ano possa fluir e nós possamos avançar para ter um orçamento ainda mais transparente e mais participativo.

Nós não podemos nos acovardar neste momento e perder o espaço e as conquistas que foram feitas. O Parlamento brasileiro não pode regredir. O Poder Legislativo não pode recuar diante de um momento como este. Vamos enfrentar o debate com transparência e com a mesma determinação com que nós fizemos a lei orçamentária mais participativa da história, que foi o orçamento de 2024.

Documento 16/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-20:00
Publ.: DCD - 8/14/2024 -	José Guimarães-PT -CE	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da aprovação da reforma tributária, ressaltando que ela estava há mais de 30 anos em pauta no Congresso. Comemorou os indicadores positivos da economia brasileira, como o crescimento do PIB, a redução do desemprego e o aumento da renda. Elogiou os programas sociais e investimentos do Governo Lula, como o Novo PAC e iniciativas na transição energética. Por fim, agradeceu a colaboração dos Ministros e do Parlamento na reconstrução do Brasil, enfatizando a importância da reforma tributária para um sistema mais justo e eficiente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos, nesta noite de terça-feira, praticamente concluindo a votação da reforma tributária, tão desejada há anos, que ficou mais de 30 anos dormitando nas gavetas aqui da Câmara e do Senado.

Hoje nós votamos o PLP 108/24, o mérito dele, que foi o projeto que criou o comitê gestor que vai dirigir, unir, repartir e fazer a distribuição do IBS entre os entes federados.

Eu estou fazendo este registro, Sr. Presidente, porque este momento é para comemorarmos aquilo que está sinalizando as projeções de crescimento da economia brasileira. Todos os indicadores fornecidos pelo mercado são de que o Brasil definitivamente entrou num processo sustentável de crescimento da nossa economia. Por exemplo, no ano passado, em 2023, quando iniciamos o Governo do Presidente Lula, os agourentos, os pessimistas, diziam que a



economia ia crescer 0,8%. Nós crescemos 2,9%, quase 3%.

Neste ano, as projeções dizem que já está garantido o crescimento de 2,4%, e eu não tenho dúvida de que vamos chegar a 3%, a um crescimento sustentável. A ele se unem outros itens que dão sustentabilidade ao crescimento de nossa economia.

Sobre o emprego, tivemos a menor taxa de desemprego desde a série histórica. A inflação está abaixo da meta. Vejam bem: inflação abaixo da meta. Houve redução do nível de pobreza. Mais de 14 milhões de brasileiros e brasileiras migraram da situação de pobreza, e já, já, o Brasil sairá do Mapa da Fome, porque há ação do nosso Governo, ação nas políticas inclusivas, sociais e distributivas que nós estamos fazendo.

A renda do brasileiro aumentou. Talvez esse seja o elemento da economia mais importante. As pessoas estão melhorando de vida e, portanto, elevando o padrão de consumo. Todo mundo começa a consumir mais, porque a renda cresceu. Isso vai melhorando cada vez mais os índices, os indicadores sociais e de vida dos brasileiros e brasileiras que estavam na margem da pobreza nos últimos 5 anos, quando o Brasil voltou para o Mapa da Fome.

A agenda internacional do nosso Governo fez com que o Brasil recuperasse sua credibilidade externa, e os investidores já começaram a voltar para o Brasil, porque sentem segurança de que nosso Governo une duas questões que são centrais para garantir a segurança jurídica para aqueles que querem investir no Brasil: segurança naquilo que é fundamental; responsabilidade social nos programas, no aumento dos programas. Os programas sociais que nós estamos implementando e dirigindo não são gastos, são investimentos, porque a vida das pessoas está em jogo.

Ao mesmo tempo, temos responsabilidade fiscal. Tudo aquilo que está sendo feito é por conta de um conjunto de iniciativas que nosso Governo e este Congresso vêm tomando.

Quem não se lembra do PAC — Programa de Aceleração do Crescimento? O Novo PAC já está com 28% das obras executadas e vai investir no Brasil mais de 1,7 trilhão de reais nos próximos 4 anos. Qual é o impacto disso na economia real? Ajudar as cidades e as regiões, com a retomada de obras importantes como a da Transnordestina, recentemente no Nordeste brasileiro.

Sabem qual é o elemento mais estratégico que vai garantir a melhoria do ambiente econômico? É o aumento do investimento público. E ele tem aumentado. Isso vai gerando divisas, vai gerando oportunidades, vai promovendo o crescimento e ajudando o conjunto da Federação.

Ontem, aqui, nós aprovamos aquilo que é fundamental neste esforço que nosso Governo vem fazendo na transição energética, para dar ao Brasil o protagonismo de um dos países que tem as maiores possibilidades de reduzir



tudo aquilo que hoje é visto como combustível fóssil.

Nós precisamos, portanto, avançar. E as iniciativas que estão sendo tomadas, na área do meio ambiente, na preservação de nossas florestas, nos investimentos que estão sendo feitos, garantindo a sustentabilidade, indicam que o Brasil caminha de forma clara e concreta, apesar das vozes do agouro, daqueles agourentos que não têm compromisso com o Brasil, como nós vimos hoje aqui.

Onde já se viu votarem contra a reforma tributária? A reforma tributária interessa ao Brasil, não é só à Esquerda ou ao Centro. A reforma tributária é uma questão do Brasil, não é só do Governo, é do Parlamento. E nós esperávamos que todos votassem a favor daquilo que preconizou a PEC da Reforma Tributária. Finalmente hoje nós conseguimos votar o mérito do segundo projeto, que regulamenta a matéria e dá ao Brasil as condições de ser um país justo tributariamente falando, dá aos Estados condições para que não fiquem praticando essa famigerada guerra fiscal, que levou à disputa entre os entes federados.

Portanto, Sr. Presidente, o Brasil está sendo reconstruído, produto do esforço que estamos fazendo aqui no Parlamento, produto daquilo que o Presidente Lula está fazendo, como tem anunciado a construção de muitas unidades de institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o Bolsa Atleta, o Pé-de-Meia, que está revolucionando a vida de estudantes do ensino médio deste Brasil. Mais de 4 milhões de jovens estão tendo acesso a este programa, que é o Pé-de-Meia, marca indelével daquilo que o nosso Governo está fazendo para incentivar o jovem a permanecer na escola, para não permitir a evasão escolar que caracterizou os anos de desmonte da educação pública brasileira patrocinada pelo ex-Governo.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero fixar esta opinião em nome do Governo do Presidente Lula. A votação da reforma tributária hoje, com a conclusão dos destaques amanhã, para mim, é o coroamento disto, de todo o esforço que fizemos desde a PEC da transição, lá no final de 2022, até agora, com a reforma tributária, em função de todas as medidas tomadas em favor do Brasil.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a todos aqueles que colaboraram com essa reconstrução do Brasil, todos aqueles que nos ajudaram, ao Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, aos Líderes dos partidos. Não se promove essa reconstrução sem uma participação efetiva. Mesmo nos momentos das divergências aqui, nós soubemos ter grandeza, ousadia e compromisso com o Brasil e aprovamos matérias tão relevantes para o fortalecimento da nossa economia.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a sua paciência.

Em nome do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula, quero reconhecer o papel que os nossos Ministros tiveram nesse processo de relação com o Congresso, o Ministro Haddad, o Ministro Rui Costa, o Ministro Padilha e



todos aqueles Ministros que vieram a esta Casa dialogar, debater, polemizar e conseguir aprovar tudo aquilo que foi decisivo nessa reconstrução vitoriosa que o Brasil está fazendo.

Documento 17/28

147.2024	Sessão Ordinária - CD	13/08/2024-20:20
Publ.: DCD - 8/14/2024 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou o histórico de crescimento econômico do Brasil e a estagnação nos últimos anos, ressaltando a importância da reforma tributária, que ele considera a "mãe de todas as reformas". Enfatizou que essa reforma é um projeto de Estado e não de Governo, projetado para eliminar problemas como guerra fiscal, sonegação e burocracia, além de fortalecer o pacto federativo. Defendeu também a implementação do semipresidencialismo como uma bandeira para o segundo semestre, visando maior estabilidade e eficiência governamental.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Lucio Mosquini, Sras. e Srs. Parlamentares, a República Federativa do Brasil teve um período de grande crescimento econômico. Nos primeiros 40 anos da República, crescemos quase 5% ao ano, dobrando o nosso PIB a cada 10 anos. Nos 50 anos seguintes, crescemos 6,3% ao ano, dobrando o nosso PIB a cada 16 anos. Mas, nos últimos 43 anos, caímos para 2% ao ano. Nos últimos 10 anos, tivemos zero de crescimento econômico.

A crise de 2014, 2015 e 2016 e a crise da pandemia fizeram com que a década fosse perdida. Neste momento, nós estamos terminando de votar a mais importante reforma, chamada a mãe de todas as reformas, que é a tributária. Esta Casa votou a reforma trabalhista, a reforma da Previdência, e agora vota a reforma tributária do consumo. Falta fazer ainda a reforma da renda, e está prometido para esse segundo semestre o envio do projeto por parte do Governo Federal.

Como economista tributário e como um homem de Estado, um homem público, com mais de 50 anos de vida pública, tendo sido Vereador, Prefeito, Secretário de Estado da Fazenda do Paraná por duas vezes, Deputado Federal de oitavo mandato, sempre participando da vida pública do Município, do Estado, do País, ajudei a fazer muitos planos de Governo, eu avalio de forma isenta, através dos projetos que eu tive a honra de relatar nesta Casa, como o SIMPLES, o Super-SIMPLES, o MEI, a Lei de Exportação, a Lei de Sociedade



Anônima e tantas outras leis importantes que ajudei a fazer nesses últimos 30 anos de mandato. Se dependesse do Congresso, o Brasil seria muito melhor. Infelizmente, o Congresso é um poder que não manda e está sempre submetido ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário. Há sempre uma tutela dos dois Poderes pela própria fraqueza do Parlamento.

Eu conheço muitos Parlamentos do mundo. O Brasil é fraco, porque as nossas lideranças não assumem esta força que tem o Parlamento. Se forem ao Parlamento inglês, francês, alemão, canadense ou americano, de qualquer país do mundo, vão sentir aquele vigor, aquela força. Tanto é, que a maioria dos países do mundo são semipresidencialistas, ou com monarquia e parlamentarismo, ou com outro sistema de governo e parlamentarismo.

O Brasil não tem saída, já que conclui assim a sua reforma econômica mais importante. Reitero aqui que se trata de uma reforma econômica, capitalista, liberal, uma microrreforma da economia brasileira, porque o sistema tributário está dentro da formação de preços relativos à economia. Quando um produtor rural, uma indústria, um comerciante, um prestador de serviços forma o seu preço de venda, lá estão os tributos — os tributos da base de consumo, da base de renda e da base de patrimônio —, que são repassados para o consumidor final.

Portanto, quem paga os impostos de consumo? O consumidor final. Quem é o consumidor final? As famílias. É o povo brasileiro quem paga o imposto de consumo. Quando uma empresa tem muito Imposto de Renda a pagar — a PETROBRAS paga muito Imposto de Renda —, é ela que está pagando? Não. Esse valor já foi pago à PETROBRAS pelo povo, pelo consumidor de gasolina, de *diesel* e demais outros derivados do petróleo.

O que é a economia de mercado? Para que existe a economia de mercado? Todos os regimes do mundo têm a economia de mercado, mesmo os regimes socialistas, como Cuba, que é uma economia de mercado estatal, puramente estatal. A China, mais esperta, resolveu partir para uma economia de mercado de Estado misturada com a iniciativa privada, mas a essência lá ainda é o Estado chinês. A economia de mercado só existe para servir o povo. Do que o povo precisa? De tudo.

Tudo que as famílias comprem, do primeiro dia do ano ao último dia do ano, todos os dias, tudo que ela precisa é oferecido pela economia de mercado. O produtor rural, o produtor industrial, o produtor de serviços, o comerciante, o varejista, todos trabalham para servir o povo. Por sua vez, a população é consumidora desses produtos. É ela que paga o principal e os acessórios, os impostos. É ela que paga o lucro da empresa, é ela que paga o salário dos funcionários das empresas. Por sua vez, os impostos recolhidos pagam os salários e pagam os serviços que o Estado brasileiro oferece para a população.

Então, a população é empregada dos meios de produção e é dona dos meios de produção — não sendo uma multinacional. As empresas nacionais que não são de família, mesmo sendo, são de brasileiros, ou são empresas multinacionais. A



maioria das empresas são nacionais.

Então, quando se faz uma reforma tributária, eliminam-se todos os pontos negativos que tem a economia brasileira.

O que o IVA 5.0, aprovado aqui, e esse projeto do comitê gestor resolveram? Primeiro, eles acabam com a guerra fiscal entre Estados e Municípios. Acabam com essa nefasta inadimplência de a empresa declarar que tem imposto a pagar e, no dia de pagar, não pagar. Acabam com o custo burocrático. Acabam com a concorrência desleal. Esmagam a sonegação. Acabam com o problema do regime fiscal. E acabam com o contencioso tributário administrativo e judicial. São tantos os ganhos, que haverá um ganho de eficiência para as empresas produtoras rurais, comerciais, industriais, de serviços, e para os profissionais liberais.

Esse não é um projeto de partido, não é projeto de um Governo só, é um projeto de Estado, de Nação. Ele envolve o pacto federativo e o pacto social. Quando nós criamos o IBS, estabelecemos o pacto federativo: este imposto é dos Estados e dos Municípios, a gestão é deles, o dinheiro não vem para Brasília, como equivocadamente, por falta de preparo ou por má-fé, alguns disseram aqui. O dinheiro fica. Todo dia vai entrar dinheiro do imposto nos cofres dos Municípios, dos Estados e da União. O que eu estou dizendo é que votamos para o bem do País. Essa reforma se encerra aqui e vai para o Senado, como a outra. Se o Senado mexer em alguma coisa, ela volta para a Câmara e nós fazemos aqui a votação final.

Sr. Presidente, quais são as bandeiras do segundo semestre? Para mim, a grande bandeira do segundo semestre é o semipresidencialismo, é coletar assinaturas para uma PEC minha e dos Deputados Bonifácio de Andrada e Lafayette de Andrada, para que nós possamos começar a discutir no Brasil o fim do presidencialismo monárquico. Chega de presidentes monarquistas e de monarquistas presidentes. Nós queremos um Presidente da República que coabite com o Parlamento e faça uma gestão compartilhada. O Presidente é Chefe de Estado e o Parlamento, Chefe de Governo. Quando há crise, troca-se o Governo rapidamente. Qual é a vantagem desse modelo? A rapidez em trocar os Governos que vão mal — se há corrupção, se há incompetência comprovada, se há crise econômica —, sem que a Nação sofra.

O que nós estamos fazendo é agenda positiva, não é, Deputado Mosquini? Chega de agenda negativa. Chega de crise entre Poderes.

Viva o Brasil! Que Deus abençoe a nossa Pátria amada!



Sumário

O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços - CG-IBS, dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS, e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, e dá outras providências. Ademais, lamentou que não tivesse sido incluído na regulamentação da reforma tributária o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e informou que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentará um destaque para incluir o tributo.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, voltamos a mais uma votação referente à reforma tributária.

Em todas as votações, aquilo que move a bancada do PSOL é responder à seguinte pergunta: como nós podemos chegar à justiça tributária no Brasil? Como podemos fazer com que aqueles que têm mais, muito mais, paguem mais e como fazer com que aqueles que têm menos paguem menos ou sejam isentos? Nós todos sabemos que não há outro caminho para isso que não seja reduzir a carga tributária sobre o consumo e ampliar a carga tributária para os bilionários, para aqueles que têm muito em patrimônio e renda.

Nós todos sabemos que essa fase da reforma tributária não tem esse elemento como centro, Deputado Patrus Ananias, mas nós sabemos também que a simplificação e o fim do efeito cumulativo são elementos importantes para abrir caminho a fim de se diminuir a tributação sobre o consumo. Por isso, nós fomos favoráveis a esta reforma. Entendemos que ela pode aliviar o peso da carga tributária sobre os trabalhadores.

Neste projeto que estamos discutindo agora, especificamente, além de discutirmos o mecanismo a partir do qual esse imposto arrecadado de forma centralizada será redistribuído, nós também estamos debatendo a regulamentação de outros impostos.

Eu quero chamar a atenção de todos para o que talvez seja a maior vitória deste projeto que estamos votando aqui agora. Estabelecer que o ITCMD, o imposto sobre herança, obrigatoriamente seja progressivo e que os Estados e o Senado Federal se debrucem sobre a ampliação das alíquotas máximas do imposto sobre herança é absolutamente decisivo. Eu quero parabenizar o grupo de trabalho que incluiu esse elemento no relatório, tornando possível que, ao menos nesse ponto, a justiça tributária brasileira possa avançar.



Ao mesmo tempo, eu quero discutir aqui que nós estamos perdendo uma oportunidade. Não termos aproveitado para regulamentar e avançar no Imposto sobre Grandes Fortunas foi um erro. Nós estamos perdendo uma oportunidade. O PSOL apresentará um destaque para se incluir já o Imposto sobre Grandes Fortunas, já que nós estamos discutindo o ITCMD, o ITBI, a COSIP e outras contribuições que estão presentes.

Eu só quero dizer, para encerrar, que os bilionários deste País têm que pagar a sua conta para garantir a diminuição da desigualdade e os direitos do povo trabalhador brasileiro.

Obrigado.

Documento 19/28

150.2024	Sessão Ordinária - CD	14/08/2024-17:36
Publ.: DCD - 8/15/2024 -	Odair Cunha-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou o compromisso do Governo Lula com a superação da fome e da pobreza, citando a proposta do Presidente Lula de uma Aliança Global contra a Fome no G-20. Ressaltou a redução de 85% da insegurança alimentar severa no Brasil, resultado de políticas como o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo e o Programa de Aquisição de Alimentos. Defendeu o Programa Acredita no Primeiro Passo, que garante acesso ao crédito a pessoas físicas, a microempresas e pequenas empresas, com o crescimento econômico sustentável. Por fim, enfatizou a necessidade de continuar fortalecendo a Rede de Proteção Social e defendeu a reforma tributária em debate no Senado, que visa diminuir a tributação sobre o consumo e melhorar a renda dos mais pobres.

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, dizem que as palavras comovem, mas os exemplos arrastam. E aqui estamos a tratar de um importante exemplo de superação de política pública que o Governo do Presidente Lula dá ao mundo.

O Presidente Lula, como Presidente do G-20, propôs a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza no mundo. É importante dizer que o relatório da FAO apresentado agora aponta redução de 85% da situação de insegurança alimentar severa em nosso País. Esse é um exemplo a ser seguido pelo mundo. Praticamente 15 milhões de brasileiros e brasileiras deixaram essa situação. Betinho dizia que quem tem fome tem pressa. Por isso, todas as ações do



Governo do Presidente Lula neste seu terceiro mandato apontam para a perspectiva de superação da fome e da miséria. Ainda temos, segundo esse relatório, 2,5 milhões de brasileiros e brasileiras em situação de insegurança alimentar severa. Nós precisamos continuar com essa política, com o conjunto de iniciativas do Brasil Sem Fome, que apontam, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, para a perspectiva da superação da fome e da miséria em nosso País.

O Presidente Lula tem autoridade política e moral para chamar a atenção das nações do mundo para este drama social grave. Nós estamos fazendo o dever de casa na política de valorização do salário mínimo, no BPC, no novo Bolsa Família, que alcança melhor as crianças deste País, na valorização da Política Nacional de Alimentação Escolar, que não tinha reajuste — mais de 40 milhões de estudantes são beneficiados por este programa. Retomamos com força o Programa de Aquisição de Alimentos, que incentiva a agricultura familiar. Sobretudo, Sr. Presidente, nós estamos gerando mais postos de trabalho, mais oportunidades de emprego e de renda para mais brasileiros.

Trata-se de uma luta permanente. Nós precisamos continuar fortalecendo a Rede de Proteção Social. E estamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a discutir nesta Casa uma reforma tributária. Votamos a primeira etapa na Câmara. Agora, está no Senado Federal essa matéria, que diminui a tributação sobre produtos e, portanto, sobre o consumo, melhorando a renda daqueles e daquelas que ganham menos. Nós estamos debatendo aqui — e queremos ver aprovado, se possível, Sr. Presidente, ainda nesta noite — o Programa Acredita no Primeiro Passo, que garante acesso ao crédito a pessoas físicas, a microempresas e pequenas empresas, assegurando, mais uma vez, um crescimento econômico sustentável.

A luta pela superação da fome e da miséria, apesar dos bons números — repito, houve uma redução de 85% no número de pessoas que estão em situação de insegurança alimentar severa —, é uma luta permanente e não pode ser abandonada, sob pena de nós colocarmos mais brasileiros numa situação de miséria. O Presidente Lula, ainda no seu discurso de posse, lá no seu primeiro mandato, disse: *"Terei cumprido a missão da minha vida se, ao final do meu Governo, todo brasileiro ou brasileira tiver oportunidade de fazer, ao menos, três refeições diárias"*. É disso que nós estamos falando, é de um conjunto de políticas públicas para cuidar de todos e de todas e garantir oportunidade, renda e dignidade às pessoas.

E eu tenho certeza, Sr. Presidente, de que nenhum de nós se furtará a votar as políticas e propostas importantes que o Presidente Lula enviará a esta Casa Legislativa com o objetivo de superar a fome e a miséria. O Brasil tem feito, sim, o seu papel e tem sido sim exemplo para o mundo. Por isso, ele tem autoridade para propor uma aliança global pela superação da fome e da miséria no mundo todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 20/28

158.2024	Sessão Ordinária - CD	26/08/2024-20:00
Publ.: DCD - 8/27/2024 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado enalteceu o trabalho contínuo do Governo Lula na reconstrução do Brasil, ressaltando os avanços econômicos, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima de 2,5% e a redução das taxas de juros. Ademais, elogiou a melhoria da renda per capita e do ganho real nas negociações salariais, bem como a redução da taxa de desemprego para 6,9%. Além disso, destacou a importância de investimentos em infraestrutura e educação, salientando o relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 3 e o pacto pela alfabetização. Adicionalmente, defendeu a reforma tributária como essencial para aumentar a competitividade do País. Por fim, celebrou o Programa Gás para Empregar, enfatizando seu impacto na redução do preço do gás para todos os setores econômicos e na soberania alimentar, permitindo ainda o desenvolvimento do Triângulo Mineiro como polo de produção de nitrogenado, fosfato e fertilizante.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Charles Fernandes.

Quero cumprimentar os colegas Parlamentares.

Quero dizer que o Governo do Presidente Lula continua trabalhando muito pela reconstrução do Brasil e tem superado todas as previsões no âmbito econômico. Tivemos a perspectiva, nas últimas semanas, de que o nosso crescimento do PIB vai ultrapassar 2,5%. Temos resultados extraordinários do ponto de vista da meta da inflação. O Brasil tem conseguido redução nas taxas de juros. O País proporcionou ao povo brasileiro, nesse último 1 ano e 6 meses, um aumento da sua renda *per capita*. É bom dizer que o ganho da massa salarial de toda a sociedade brasileira, no ano passado, foi superior a 10%. Neste ano, também continua uma inversão da curva: há uma queda na taxa de inflação, com aumento, cada vez melhor, bem acima da inflação, do ganho real nas negociações salariais.

Tudo isso são indicadores extraordinários para a economia brasileira, indicadores que apontam que, de fato, o Brasil caminha de forma consistente para a política do pleno emprego. Atingimos a melhor meta dos últimos 10 anos com a taxa de desemprego de 6,9% e estamos caminhando para alcançar níveis de desemprego reconhecidos por quaisquer organizações internacionais como uma taxa de pleno emprego ao povo brasileiro. Isso ocorre sem a



precarização dos direitos trabalhistas. As invenções do passado, tanto no Governo Michel Temer, quanto no próprio Governo Bolsonaro, não atingiram a empregabilidade. A tentativa de trabalho intermitente e outras iniciativas não produziram sequer postos de trabalho e ainda precarizaram a renda *per capita* do povo brasileiro.

Este é o grande desafio da economia brasileira: crescer, ter crescimento econômico, gerando oportunidade, gerando emprego para as famílias do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, também gerando aumento de renda *per capita*. Esse é um desafio importante.

Nós precisamos superar essa armadilha econômica dos últimos 10 anos, em que a nossa renda *per capita* ficou menor que a renda *per capita* da China ou da Índia, o que impede que o Brasil tenha crescimentos econômicos mais consistentes.

E se somam a isso também ações estruturantes por parte do Governo, uma combinação de ações. São ações do ponto de vista da infraestrutura, como, por exemplo, o relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, em sua fase 3, com um conjunto de obras mais estruturadas que vai eliminar parte do Custo Brasil, que é o custo da falta de infraestrutura rodoviária, portuária, energética e de telecomunicações. E a outra parte do Custo Brasil está no campo educacional.

O Governo estabeleceu com todos os Governadores e Prefeitos o pacto pela alfabetização na idade certa; retomou um programa extraordinário para cuidar da primeira infância, que é o programa de construção de novas creches. É fundamental a proteção integral à primeira infância. A revolução no País, o projeto de Nação, a revolução educacional é a proteção integral de nossas crianças de 0 a 3 anos, com segurança alimentar, segurança nutricional, direito ao aprendizado, direito à socialização e à integração dessas crianças.

O Brasil não pode deixar as crianças abandonadas, deixar as crianças na extrema pobreza. Nós temos que reverter esse indicador terrível que aponta que mais de 40% das crianças têm insegurança alimentar. Isso é prejudicial à formação delas.

Um país decente, um país rico que caminha para a oitava economia do mundo tem que ter esse compromisso, esse pacto. Ao não proteger a primeira infância na sua totalidade, na sua integridade, em todas as políticas, nós estamos comprometendo o futuro desta Nação que, diga-se de passagem, será uma Nação com uma idade envelhecida. O Brasil caminha para ter a maior população idosa do mundo.

Portanto, ao envelhecermos, temos que ter um conjunto de políticas de modernização do País, de modernização da economia, de rompimento dos gargalos, do Custo País e, acima de tudo, investimentos nas gerações da juventude, dos adolescentes, investimento radicalizado na primeira infância.



Por último, evidentemente, como parte dessa política estruturante de modernização do Brasil, nós precisamos mexer no custo tributário. Então, é evidente que esta Casa, os colegas Parlamentares, vai analisar a conclusão do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária. Isso é fundamental. Trata-se do comitê gestor do novo imposto do Brasil sobre consumo, o IVA. Na minha opinião, essa é a maior reforma estruturante da economia brasileira. Ela elimina mais de 80% do Custo Brasil e vai tornar o País cada vez mais competitivo, com ganho de eficiência produtiva; vai gerar riqueza; vai dar um ganho para além do potencial do PIB de 2% ao ano de crescimento econômico, ou seja, o Brasil vai ficar mais rico, produzir mais riqueza, aumentar 20% do PIB em 10 anos, gerar 12 milhões de empregos e colocar mais 6 reais mil de renda *per capita* no bolso do povo brasileiro. Esse é o resultado, na minha opinião, da reforma tributária.

Por último, é evidente que o programa lançado hoje, o decreto do Gás para Empregar... O Brasil tem gás, joga fora mais de 50% do seu gás nas operações do pré-sal. Ao modernizar, compartilhar, construir, desburocratizar uma política que permita ao gás chegar mais barato a todos os setores econômicos, há uma revolução de ganho de produtividade.

Portanto, quero parabenizar o Presidente Lula por viabilizar esse programa, que vai facilitar a produção e a diminuição de custos do Brasil. E eu fico ainda mais feliz, especialmente porque esse programa vai viabilizar a disponibilidade de nitrogenado, fosfato e potássio. Para ser desenvolvida, uma nação tem que ter soberania na segurança alimentar. Um país que é agro não pode ter dependência das suas matérias-primas. E esse projeto vai viabilizar o sonho do Triângulo Mineiro, de Uberaba, de transformar a região em um polo de produção de nitrogenado, fosfato e fertilizante.

Então, é isso.

Parabéns, Presidente Lula, por ter lançado esse decreto de modernização para incentivar a política de gás, para que haja gás a um preço acessível a toda a sociedade brasileira!

Documento 21/28

161.2024

Sessão Ordinária - CD

27/08/2024-14:52

Publ.: DCD - 8/28/2024 - Coronel Assis-UNIÃO -MT

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o impacto da reforma tributária, apontando que o novo imposto sobre consumo, estimado em 27,97%, penalizará a população, especialmente os menos favorecidos. Destacou que a reforma, com suas inúmeras exceções, beneficia setores específicos, mas sobrecarrega o cidadão



comum. Além disso, expressou preocupação com a política ambiental do Governo Lula, citando recordes de desmatamento e incêndios no Pantanal e Cerrado, além de cortes nos recursos do IBAMA. Por fim, afirmou que o Governo está mais focado em aumentar a arrecadação do que em reduzir o tamanho da máquina pública, alertando para um futuro econômico preocupante.

O SR. CORONEL ASSIS (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realmente, parece que nós estamos vivendo o Governo da taxaço.

A reforma tributária, que passou aqui e passou lá — nós estamos na fase de regulamentação —, não diminui impostos. Desde o início, nós alertávamos isso aqui. Hoje, a verdade veio à tona. Matérias de vários periódicos de âmbito nacional dão conta de que o Governo confirma imposto sobre consumo de 27,97% com a reforma tributária. Esse percentual vai ser cobrado sobre o consumo de todos os itens que não entrarem nas regras especiais que foram aprovadas na reforma. A Fazenda calcula uma alíquota do IVA, o Imposto sobre Valor Agregado, em 28%, o maior imposto do mundo, Sr. Presidente.

Essa reforma deveria ter sido chamada de "reforma tributária das exceções", porque deram muitos benefícios a setores. Houve muitas exceções. Na verdade, quem vai pagar esse pato e essa conta é o povo brasileiro, é o menos favorecido, é a pessoa que vive de salário, porque esse, meu amigo, não tem como fugir dessa gana arrecadatória que a atual gestão do Governo Federal possui.

Aqui, Sr. Presidente, eu quero também fazer um protesto à atual política ambiental do Governo.

O Presidente Lula enchia a boca para criar uma narrativa construída de que a proteção do meio ambiente teria voltado ao nosso País. Nós fizemos algumas anotações a respeito de publicações feitas em todos os periódicos nacionais.

"Fogo no Pantanal bate recorde enquanto equipe econômica do Governo corta 19% dos recursos do IBAMA." Outra manchete: *"Governo Lula coleciona derrotas e incoerências ambientais"*.

Onde está o Ministério do Meio Ambiente? Cadê os técnicos? Cadê a Ministra? Ninguém sabe! Ninguém viu! Parece que isso não é uma pauta que está acontecendo no nosso País.

"Governo Lula registra recorde de desmatamento no Cerrado e tem segundo pior índice na Amazônia." *"O Pantanal teve em junho o maior número de focos de incêndios da série histórica iniciada em 1998."*

Aqui fica a nossa pergunta: onde está a política de proteção do meio ambiente?

Sr. Presidente, ontem nós vimos nos jornais que até facções criminosas estão



sendo acusadas de tacar fogo em vegetações, em plantações. Isso é muito ruim. Por quê? Porque mostra um total descontrole do Estado brasileiro.

Onde está o Governo Federal? Está preocupado em arrecadar, está preocupado em trazer dinheiro para manter a "mamatolândia", mas não enxuga a máquina, não diminui o tamanho do Estado. Existe uma relação entre o que você ganha e o que você gasta. A partir do momento em que você gasta mais do que arrecada, meu amigo, vai viver no déficit.

Não se iludam! O Brasil está indo ladeira abaixo na parte econômica. Em 7 anos, meus amigos, nós teremos um quadro muito preocupante em nosso País.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do nosso pronunciamento pelos meios oficiais de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 22/28

161.2024	Sessão Ordinária - CD	27/08/2024-20:57
Publ.: DCD - 8/28/2024 -	Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC	
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou o anúncio do aumento da alíquota do Imposto de Valor Agregado (IVA) feito pelo Ministério da Fazenda do Governo Lula, que passará de 26,5% para 28%, tornando a alíquota brasileira a maior do mundo. Apontou que a reforma tributária, prometida para desonerar o País, acabou por aumentar a carga tributária, especialmente com o IVA. Também destacou a taxa sobre compras internacionais de até 50 dólares e o possível aumento dos impostos sobre shopping centers, afirmando que o Governo falhou em cumprir promessas e guiar o Brasil para o desenvolvimento, enquanto lida mal com questões como meio ambiente, saúde e condições dos indígenas na Amazônia.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares,



ocupo a tribuna no dia de hoje para tratar sobre o anúncio, feito pelo Ministério da Fazenda do governo Lula, de aumento na alíquota do Imposto de Valor Agregado (IVA).

Segundo informações do ministério, a alíquota média do imposto será na faixa de 28%, ao invés dos 26,5% anunciados anteriormente. Isso torna o Brasil o país com a maior alíquota sobre o IVA, deixando para trás a Hungria, com 27%.

Hoje, 174 países adotam o IVA como forma de tributação. Na Índia, um país emergente que realizou sua reforma em 2017, a taxa tem várias alíquotas, que vão de zero a 28%. O período de transição teve fase única e durou 11 meses. No Brasil, a transição gradual começa em 2026 e termina em 2033. Ou seja, temos um novo modelo de tributação implantado de forma lenta, confusa e com viés de aumento da carga tributária.

Ao se eleger, o sr. Lula da Silva prometeu isentar do Imposto de Renda, aqueles que ganhassem até R\$ 5 mil, e, após 2 anos de governo, nada encaminhou para garantir o cumprimento dessa promessa. Prometeu uma reforma tributária que desonerasse o país, e nos entrega um IVA com a maior alíquota do mundo.

É importante lembrar, que essa alíquota serve para calibrar as alíquotas finais da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) dos estados e municípios.

Esse é um dos aspectos visíveis da péssima Reforma forçada pelo governo Lula da Silva, mas existem outras cascas de banana embutidas.

Esse é um governo que já taxou as compras, em sítios estrangeiros, de 50 dólares ou menos, o que é um absurdo. Aqueles que viajam ao exterior têm isenção de até 1.000 dólares, mas a dona de casa que quiser comprar um item



para o lar ou uma roupa por valor abaixo de 50 dólares terá que pagar 20% em impostos federais, além do ICMS.

Para impor essa taxação, o governo alegou estar protegendo a indústria e o varejo nacionais. Mais um engodo, pois, com a Reforma Tributária há a expectativa de aumento da carga de impostos sobre os shopping centers, que, se confirmada, será paga pelos administradores e consumidores.

Segundo especialistas, o setor espera que a alíquota incidente sobre os shopping salte dos atuais 8% para algo em torno de 27%, o que, certamente, irá impactar no valor dos produtos e no próprio desempenho do comércio.

Desde o começo da discussão sobre a Reforma, o governo insistiu que o objetivo seria a simplificação e a redução da carga tributária. Não é isso o que temos visto, a mitomania, hábito petista, poluiu a sonhada Reforma Tributária e coloca o país num labirinto, em que tem um arcabouço fiscal ilusório, uma fuga de investimentos e um aumento assustador da inflação.

O desgoverno Lula não sabe para onde ir, não sabe como fazer e não sabe se cercar de especialistas que consigam dar respostas para nossas mazelas. Estamos com péssimos índices na gestão do meio-ambiente, tivemos um recorde de mortes por dengue por conta da inércia do Ministério da Saúde, indígenas continuam morrendo com subnutrição na região amazônica e não conseguimos ter certeza de qual o real montante de impostos que irá ser cobrado, direta ou indiretamente, da população.

Esse é um governo incapaz de cumprir suas promessas e de guiar o Brasil para o salto de desenvolvimento que precisamos.

Era o que tinha a dizer. Solicito que esse pronunciamento seja divulgado na Voz do Brasil e nos demais meios de comunicação da Casa.



Muito obrigado.

-

Documento 23/28

159.2024	Sessão Ordinária - CD	27/08/2024-09:42
Publ.: DCD - 8/28/2024 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou, na Sessão Solene em homenagem ao 30º aniversário do plano de estabilização econômica denominado Plano Real, a importância do Plano Real para a estabilidade econômica do Brasil e o combate à inflação. Relembrou a trajetória histórica do País, desde a independência até o período da implementação do Plano Real, e enalteceu a contribuição de figuras políticas como o Presidente Itamar Franco e o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Além disso, elogiou o impacto positivo do Plano Real na vida dos brasileiros, ressaltando o aumento do poder de compra dos trabalhadores. Na oportunidade, criticou a falta de memória e respeito de muitos governantes pela história do Brasil, mencionando o legado da Assembleia Nacional Constituinte, como a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e o Sistema Único de Saúde (SUS), além do o trabalho realizado por moderados e sociais-democratas para realizar reformas importantes, como a do sistema previdenciário e trabalhista. Por fim, enfatizou a necessidade de continuar com reformas estruturais, como a reforma tributária, e falou sobre a importância de líderes competentes, dignos e honrados para conduzir o país.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)

- Excelentíssimo Presidente, eminente Deputado Pauderney Avelino, do grande Estado do Amazonas, é uma honra muito grande fazer este discurso de homenagem aos 30 anos do Plano Real em uma sessão solene presidida por V.Exa. e ao lado do Dr. Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves, grande Ministro, grande amigo do grande Presidente Itamar Franco, de quem tive a honra de ser Vice-Líder no Congresso Nacional. Eu fazia o Plenário. Os Líderes faziam mais os trabalhos de bastidor, e eu fazia o trabalho campal na defesa do Governo Itamar e das reformas implementadas pelo Governo Itamar.

Meu caro Rubens Bueno, colega Deputado por tantos anos, que acompanhou também, assim como eu, toda a trajetória da abertura política e da economia brasileira; meu caro amigo Wanderci Polaquini, 2º Vice-Presidente da Pública



Central do Servidor, a central do servidor público brasileiro; meu caro amigo Marcos Sérgio Ferreira, Presidente da Federação Brasileira dos Fiscos do Brasil — FEBRAFISCO; meu caro amigo Celso Malhani, da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital — FENAFISCO; nosso representante da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais — FEBRAFITE, que representa aqui o Rodrigo Spada; amigos; convidados; Sras. e Srs. Parlamentares e demais pessoas.

O Brasil tem uma trajetória histórica maravilhosa, desde o descobrimento do Brasil até a Independência do Brasil, em 1822. Com a Independência, Dom Pedro I instituiu o parlamentarismo, mas o Brasil daquela época era um Brasil rural e extrativista. A Coroa Portuguesa vivia da extração de madeira, de minerais e de outros produtos desta terra maravilhosa, o Brasil.

Com a Proclamação da República, os ânimos foram aumentados exponencialmente. O Brasil finalmente proclamava a República, assim como o maior país das Américas e hoje a maior nação do mundo, os Estados Unidos da América, instituindo o regime presidencialista e rompendo com a monarquia, uma monarquia escravagista, que trouxe boas coisas, mas era escravagista. Esse período ninguém esquece.

Com a República, os civis se alternaram com alguns militares no poder ao longo da história. O Brasil e os Estados Unidos tornaram-se nações presidencialistas, assim como a maioria dos países da América Latina e das Américas, com exceção de dois ou de três países que são parlamentaristas. Os países europeus adotaram o parlamentarismo consorciado com o presidencialismo ou com a monarquia.

Depois, houve períodos de ruptura econômica e política, porque a economia e a política sempre andaram juntas e conflitantes na história do Brasil.

Nos últimos 50 anos, o Brasil atravessou vários períodos de crise política, como em 1964, com o movimento militar que assumiu o poder no lugar dos civis, acabando com as eleições livres e diretas para Presidente da República, para Governadores e para Prefeitos. Mas, aos poucos, novamente a economia falava mais forte.

Aliás, eu quero dizer que a economia brasileira, desde a Proclamação da República, veio muito bem até 1980. Nos primeiros 41 anos depois da Proclamação da República, o Brasil cresceu 4,8% ao ano. A cada 20 anos, dobrava o Produto Interno Bruto — o PIB da sua economia. A cada 20 anos, menos que o período de uma geração, dobrava a economia. De 1931 a 1980, o crescimento do Brasil aumentou exponencialmente — subiu para 6,3%. A cada 16 anos, dobrava a sua economia. O Brasil era a bola da vez, o emergente mais bem sucedido no mundo, crescendo, nesse período de 50 anos, quase o dobro do crescimento americano, que foi de 3,5%. O Brasil crescia 6,3% ao ano.

Foi nesse contexto, após 1964, com aquela ruptura política, que de 1984 para 1985 — essa é a data do fim do regime militar — houve uma crise econômica,



depois do governo militar, a crise econômica do Governo Figueiredo, que não conseguia combater a inflação — ela estava mais de 200% ao ano. Houve uma crise do dólar internacional, que fez com que a economia brasileira, nos anos de 1981, 1982 e 1983, recuasse 8,7% do PIB. Foi isso que motivou os militares mais ponderados a negociar com os civis, com os políticos confiáveis de centro. Evidentemente, não havia nenhum de extrema esquerda e nenhum de extrema direita quando da abertura política. Muito bem centrados, Tancredo Neves, Itamar Franco, Franco Montoro, Richard Pae, Alvaro Dias, Mário Covas, Teotônio Vilela, Dr. Ulysses Guimarães, todas essas pessoas valorosas negociaram a abertura política pacífica. Foi o que aconteceu em 1985 com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney.

Infelizmente, Tancredo faleceu e não pôde assumir a Presidência da República, mas Sarney a assumiu e lutou bravamente com essa inflação e com um PIB derrotado em 1981, 1982 e 1983, que não havia ainda sido recuperado. A década de 80, está hoje nos livros de economia, é considerada a década perdida da economia brasileira. O Brasil é pujante, mesmo assim, em algumas áreas. Alguns setores da economia cresceram no Brasil, porque o País é rico, mas de Governo pobre. As ações administrativo-políticas não conseguem colocar o País para cima.

Eis que na primeira eleição direta elege-se Fernando Collor e Itamar Franco. Novamente, Collor não consegue resolver o problema da inflação nem o problema econômico. De novo veio uma crise econômica brutal — é claro que todas essas crises têm origem internacional. No primeiro ano de Fernando Collor, o Brasil quebra 7,7% negativo e assume Itamar Franco, que encontra um País dividido. O primeiro Presidente eleito democraticamente havia sido impedido por processo de *impeachment*. Figueiredo foi uma saída negociada.

Itamar assume nessa conjuntura e começa a governar nesse clima de inflação elevada e de economia quebrada. Escolhe um Ministro, escolhe outro e, no fim, escolheu Fernando Henrique. Eles fizeram o Plano Real, convocando o que havia de melhor na academia brasileira, os economistas que eram jovens notáveis: Edmar Bacha, Persio Arida, André Lara Resende e, é claro, uma plêiade de outros Ministros, de outras pessoas importantes nesse processo político.

Mas quem comandava esse processo civil negocial com o Congresso? O Dr. Hargreaves, este que está aqui no plenário. O Dr. Hargreaves era a pedra angular das negociações entre a Presidência da República e o Congresso. Todos sabem como isso é difícil. É por isso que a maioria dos países do mundo têm parlamentarismo, para que essa negociação seja mais institucional do que esse entendimento com o Congresso Nacional.

Em 1994, Itamar Franco e Fernando Henrique anunciam a URV e, em julho, instituíram a moeda real, com paridade ao dólar. Por incrível que pareça, como disse o Persio Arida e o Edmar Bacha, a URV era negocial, liberal. Com 6 meses, as pessoas, as empresas, as famílias começaram a se adaptar à URV. O povo tomou para si a nova moeda. A estabilidade econômica era o que o povo



queria. Ela traz desenvolvimento, progresso, emprego e renda, e a inflação é uma derrocada.

Havia uma expressão nossa, da época do MDB — eu fui por 21 anos do MDB —, das cartilhas do Pedroso Horta, que dizia que a inflação subia pelos elevadores e os salários pelas escadas. Nós íamos ao supermercado e víamos as maquininhas de remarcação de preço. Na véspera de a pessoa receber o salário, estavam remarcando os preços. A pessoa entrava no supermercado para comprar, e estava lá o remarcador de preço na sua frente. Esse momento triste da história ninguém mais lembra, Hargreaves, Pauderney Avelino. Ninguém mais quer lembrar!

As pessoas não sabem que a História é feita por grandes homens e mulheres e pelos grandes momentos da história. O País acabou apagando esta memória. Este é o objetivo desta audiência pública. Todos os Líderes deveriam estar presentes. O próprio Governo não enviou nenhum representante à sessão. O que se passa na cabeça desse povo hoje? Este País tem história a ser respeitada, de grandes e valorosos momentos, de grandes e valorosos homens e mulheres. Os governantes dos últimos tempos parece que não têm memória ou de propósito esqueceram a verdadeira história da abertura política, do Plano Real, da Constituinte, da estabilidade econômica, da reforma previdenciária e trabalhista feita à custa do Parlamento. Os que votaram a reforma trabalhista, os líderes da reforma, perderam as eleições. E os bacanas ganham eleição em cima de exploração política, de fanfarronice. Esse é o Brasil. Sem memória, sem história, sem respeito à história, à tradição política, econômica e social do País.

Vejam o bem que o Plano Real fez ao País.

Eu me lembro perfeitamente dos estudos da época, Dr. Hargreaves. Com o fim da inflação, nos primeiros anos, os trabalhadores ganharam 16% de capacidade real de compra — 16%. Um fato extraordinário.

É claro que o Plano Real precisava do complemento das reformas. Foi feito o tripé do gasto público, do superávit primário, mas a equação é muito maior. Avizinhava-se que o País jovem começava a crescer e a envelhecer. Era preciso educar essas crianças, milhões de crianças e jovens. Quando a população envelhece, faz-se necessário termos um sistema de previdenciário. Hoje, temos o número incrível de 40 milhões de aposentados e pensionistas no INSS, mais uns 4 milhões de aposentados no setor público federal dos Estados e Municípios.

Temos 170 milhões de brasileiros que dependem do SUS, criado na Constituinte de 1988, Deputado Pauderney. Foi a Constituinte que criou o Sistema Único de Saúde.

Foi logo após a Constituinte que criamos a LOAS, ainda no Governo Itamar, a Lei Orgânica da Assistência Social, quando Jutahy Magalhães era Ministro. Com a LOAS veio o Bolsa Família, vieram os programas sociais, o Benefício



de Prestação Continuada, que tem 5 milhões de beneficiários. São 25 milhões de famílias no Bolsa Família, que começa com o Bolsa Escola, com o Bolsa Alimentação, Bolsa Medicamento. Depois, os Governos seguintes mudaram o nome da franquia para Bolsa Família, mas é o mesmo programa iniciado lá atrás.

A previdência, hoje, com 40 milhões de aposentados, custa 10% do Produto Interno Bruto ao ano. São 10%, quase um terço da arrecadação nacional! Temos 43 milhões de estudantes públicos em escolas públicas, 43 milhões de crianças e jovens estudam em escolas públicas do Brasil, a um custo de 6,5% do PIB. A saúde, 4% do PIB. A assistência social, 4% do PIB. Perceberam as unidades de grandeza? Só aí nós temos 10% da previdência, 6,5% da educação, 4% da saúde e 4% da assistência social. São 24,5% do PIB, dos 33% da arrecadação nacional.

Muita gente não sabe o que fala. Não estuda, não lê e não quer aprender. O pior analfabeto é o analfabeto político. Agora, existe uma nova modalidade: o analfabeto tributário ou de má-fé de política e má-fé tributária.

Eu falo isso com propriedade, porque eu vivi todo esse momento. Tenho 52 anos de vida pública. Em 1972, elegi-me Vereador. Em 1982, Prefeito de Cambé. Em 1990, Deputado. Antes, fui Secretário Municipal e Secretário de Estado da Fazenda. Eu voltei à Secretaria e estou aqui neste Parlamento pelo oitavo mandato como Deputado Federal. Assim como o Deputado Pauderney e tantos outros, sou longo. Temos a história passada, presente e futura.

As reformas estruturais passam por nós. Todas essas reformas, todos esses grandes momentos da vida pública do Brasil têm passado pelos moderados, pelos de centro, naquele espectro. O que é o centro social-democrata? Um pouquinho à direita, um pouquinho à esquerda, muito longe da extrema esquerda e da extrema direita, que são nocivas. Nocivas!

A extrema esquerda votou contra o Plano Real. Foi um ato de ignorância política. E, agora, a extrema direita votou contra a reforma tributária — ignorância política.

Falo isso com conhecimento de causa. Como brasileiro, como patriota que ama este País, ama o povo brasileiro. Está aqui a nossa bandeira brasileira, desta Pátria que amamos. Por isso mesmo, aos 18 anos fui servir à Pátria no Rio de Janeiro, no 1º Batalhão de Polícia do Exército, do Rio de Janeiro, do Brasil. Então, eu tenho comigo que a questão política, se não for bem-feita...

Os líderes políticos do atual momento gostam de *fake news*, gostam de fanfarronice, de pegar temas que mexem com o íntimo da população. Mas, quando chegam na governança, não têm a coragem de um Itamar, de um Fernando Henrique, que fizeram as grandes mudanças deste País. Não têm a coragem dos líderes que fizeram a abertura política, não têm a coragem dos líderes que fizeram o Plano Real, que fizeram a Constituinte, que aprovaram e lideraram a reforma da Previdência e a reforma trabalhista e que lideraram, e



estão liderando agora, a reforma tributária, que, depois do Plano Real, eu estou chamando de plano real turbinado.

Se o Plano Real deu estabilidade à economia, nos contratos, deu segurança para o País, combatendo o inimigo número um do País, que era a inflação, com o apoio do povo, hoje a reforma tributária exerce o papel da reforma liberal capitalista, como foi a reforma do Plano Real. O Plano Real é estabilidade, é o fim da inflação. O real é a moeda, é o País. Ela é forte e válida em todos os países do mundo. Essa é a grande conquista.

A reforma tributária é uma reorganização da economia de mercado. Ela vai acabar com a esperteza, com as benesses, com as facilidades, com a fraude tributária, com o planejamento fiscal, com a inadimplência de que declara o imposto e não paga, porque fica esperando o REFIS. Ela vai acabar com a mamata dos subsídios, dos incentivos fiscais que são dados a algumas empresas em detrimento do consumidor e do conjunto das empresas; vai acabar com o custo burocrático; vai acabar com o maior contencioso tributário do mundo — o Brasil tem mais de 90% do contencioso tributário do mundo, sendo 75% do PIB em contencioso tributário administrativo e judicial; vai acabar com a inadimplência, cujo estoque hoje é de 50% do PIB; com a guerra fiscal e as renúncias fiscais, que custam 6 a 7% do PIB ao ano; com a inadimplência, que custa 3% do PIB ao ano.

Eu quero fazer um alerta — parece que são palavras — para o fato de que quem paga a guerra fiscal é você, cidadão, no preço do bem e serviço que consome. Quem paga a inadimplência é você, que já pagou esse imposto que não foi recolhido para o Estado brasileiro. Por isso falta dinheiro na educação, na saúde, na assistência social, nas estradas, nos portos e nos aeroportos. É hora de começar a abrir os olhos para a política nacional.

Comemoro os 30 anos, Dr. Hargreaves, do Plano Real, com o mesmo entusiasmo de quando, neste plenário, numa sessão de final de janeiro, o defendia — um Deputado de esquerda pulou por cima e tentou me dar um soco. Defendo o Plano Real da mesma forma que quando estavam aqui o Mercadante, o Genoino, os Deputados do PT, que eram contra a reforma. Eu os combatia com argumentos sólidos, defendendo o Plano Real e o Governo Itamar. O mesmo fiz no Governo Fernando Henrique Cardoso, sem extremismo. Debatíamos olho no olho, com exceção dos radicais que tentaram uma vez partir para a ignorância da força bruta, mas nada nos atingiu. Naquela época, eu tinha 44 anos, era bem jovem e muito forte. Sempre pratiquei muito esporte em minha vida e continuo até hoje.

Quero dizer que esta sessão é um marco para que as gerações novas e futuras relembrem a República, a estabilidade econômica, a moeda, o real; nunca mais admitam a inflação, combatam a corrupção.

Como dizia Dr. Ulysses, não basta não roubar, é mais importante não deixar roubar. Eu acrescento: não adianta haver pessoas competentes à frente do Governo, é preciso haver pessoas competentes, dignas e honradas. Neste País,



há muita gente, mas na era de *fake news*, predominam os *youtubers*, aqueles que são *coaches*, que vivem — desculpem-me a expressão — "verborrageando" ensinamentos que eles nunca praticaram. A boa conduta, a seriedade é tranquila; o bem existe no mundo, mas também o mal. Um homem público, um social-democrata verdadeiro tem que ser um bom cristão, defensor da vida, da concepção aos últimos dias, defensor dos valores da democracia, da liberdade, da justiça, da paz, da dignidade, da honestidade e da transparência. Esse é o ponto central que eu quero enfocar.

Quero dizer a todos em alto e bom som: quem não veio não tem respeito pela moeda e pela história; quem não veio e não mandou representante não se importa com o passado; quem não se importa com o passado não tem compromisso com o futuro deste País. Esse é o meu recado.

Agradeço a todos que compareceram. Agradeço pelos depoimentos dados, pelo apoio da Câmara, pela disposição da *TV Câmara* e da *Rádio Câmara* de fazerem esses programas, e aos ilustres economistas Edmar Bacha e Pêrsio Arida, que mandaram os seus vídeos. Em especial, agradeço ao Dr. Henrique Hargreaves, um grande Ministro do grande Governo Itamar, que fez o maior programa econômico da história do Brasil até agora. Só haverá um que será do tamanho dele, que é a reforma tributária.

Agradeço a presença do Presidente Pauderney Avelino, que me deu a palavra, querido amigo, fraterno, e dos demais membros da Mesa; do amigo Rubens Bueno; do Sr. Marcos Sérgio; do Sr. Polaquini; do Sr. Celso Maliani e de todos que estão aqui nesta sessão maravilhosa, que considero um marco na minha vida pública.

Que Deus abençoe o Brasil e o povo brasileiro. Que Ele ilumine o coração e a mente desse povo, para que, no futuro, não caia novamente na armadilha dos governantes populistas e irresponsáveis que este Brasil teve nesses últimos 20 anos. Que Deus abençoe o Brasil. Desejo vida longa ao Plano Real. Que venha o IVA 5.0, a cobrança eletrônica 5.0, no destino, o mais moderno IVA do mundo.

Um abraço fraterno a todos vocês!

Documento 24/28

159.2024	Sessão Ordinária - CD	27/08/2024-10:54
Publ.: DCD - 8/28/2024 -	Luiz Carlos Hauly-PODE -PR	
	HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

O Presidente da Sessão Solene em homenagem ao 30º aniversário do plano de estabilização econômica denominado Plano Real reforçou a importância do



Plano Real, que trouxe estabilidade econômica ao País. Expressou otimismo sobre o futuro econômico do Brasil com a nova reforma tributária e homenageou os envolvidos no Plano Real, conclamando bênçãos para o País e para aqueles que contribuíram para seu desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Hauly. Bloco/PODE - PR) - Muito obrigado, Rubens Bueno, amigo querido.

Agradeço pela presença a todos que estão na Mesa, a todos que participaram da sessão neste plenário, a todos que estão acompanhando pela *TV Câmara*, pelo Youtube, pelo Facebook, pelo Instagram esta belíssima sessão.

Minha consideração final é que aqui está faltando a presença dos governantes do Brasil dos últimos anos, de 2023 para cá. Lamentavelmente, nenhum deles se fez presente.

Eu, ali do microfone da Liderança, dizia que o Plano Real era uma reforma econômica liberal para toda a economia brasileira. Como dizia Itamar, o Plano Real é do povo, e para o povo ela serviu e serve até hoje. Inflação alta é inimiga do povo, é inimiga do trabalhador, é inimiga da economia.

A reforma maior do século XX foi o Plano Real, no Governo Itamar, com o Fernando Henrique como Ministro — todos já foram homenageados. E a maior reforma do século XXI é feita agora, a reforma tributária. Por incrível que pareça, se em 1994 os inimigos do Plano Real eram da extrema esquerda, agora, na reforma tributária, que é a reforma do século XXI, os inimigos são da extrema direita. Parece um *déjà-vu*, para mostrar que os extremos são iguais, lamentavelmente. Quem é contra um imposto que existe no mundo há mais de 70 anos e em 174 países? A recomendação do Banco Mundial, da OCDE e dos demais institutos internacionais é que o Brasil harmonize os seus impostos com os impostos internacionais. Só aí o Brasil vai entrar na OCDE. Sem o novo imposto, sem o IVA, o Brasil não entra na OCDE.

Agradeço a presença ilustre do Deputado Pauderney Avelino, querido amigo, companheiro de ideais e de luta; do companheiro e amigo Rubens Bueno, também companheiro de ideais e de luta; do querido amigo e sempre Ministro Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves; dos amigos Wanderci Polaquini, Marcos Sérgio Ferreira, Geraldo Seixas, Rossini Dias — que aqui representa Rodrigo Spada —, Celso Malhani e tantos outros que se fizeram presentes. Agradeço a minha equipe de trabalho, a todos que estão colaborando para a realização desta sessão — o Adailton, a Thais, o Ernane, a Miry e a Elloá —; e as equipes da *TV Câmara*, da *Rádio Câmara* e de todos os outros departamentos da Câmara que estão presentes para o brilhantismo desta sessão.

São 30 anos de Plano Real. Que venham mais 30 anos de estabilidade econômica, de estabilidade política, de estabilidade jurídica e de crescimento econômico! Se há 40 anos o Brasil cresce a 2% ao ano e nos últimos 10 anos cresce zero, eu tenho convicção de que, com a nova reforma tributária, o Brasil



voltará a crescer novamente, e por 50 anos, a 6% ou 7% ao ano. Essa é a minha convicção.

Deus abençoe o Brasil! Deus abençoe, lá no Céu, o Itamar e todos que já passaram para a eternidade e estão junto com o Pai! Deus abençoe a todos que trabalharam pelo Plano Real e pela estabilidade econômica! Esses são verdadeiros brasileiros e brasileiras, patriotas verdadeiros, que deveriam estar no galeão dos patronos da liberdade, da justiça, da paz e do desenvolvimento do Brasil.

Viva o Brasil! Viva o Plano Real! Vida longa! Que Deus nos abençoe!

Documento 25/28

162.2024	Sessão Ordinária - CD	28/08/2024-15:20
Publ.: DCD - 8/29/2024 - Allan Garcês-PP -MA		
BREVES COMUNICAÇÕES		BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância de garantir a liberdade de expressão dos Parlamentares, que representam a voz do povo. Enfatizou a situação delicada do País, em que a intolerância estaria cerceando opiniões divergentes. Como médico e professor universitário, afirmou que defende valores tradicionais, como a vida, e se posiciona contra temas como aborto, legalização das drogas e a educação de gênero para crianças. Ressaltou também que foi o único Deputado de seu Estado a votar contra o aumento de impostos e a reforma tributária, reafirmando seu compromisso com a integridade e os princípios que defende em seu mandato.

O SR. ALLAN GARCÊS (Bloco/PP - MA. Sem revisão do orador.) - Eu poderia ficar em silêncio aqui. Eu dei agora uma grande demonstração do que querem fazer com nós Deputados Federais nesta Casa.

Eu estou vendo ali a juventude que chegou.

Parabéns por vocês estarem aqui presenciando este momento. Sejam bem-vindos à Casa do Povo, à Casa de vocês. Infelizmente, estamos vivendo um momento muito delicado neste País, um momento em que querem calar a boca do povo. A boca do povo é representada aqui pelos Deputados Federais. Nós estamos aqui exercendo o direito de representar vocês. Quando somos calados, na verdade é o povo que é calado. Isso é consequência de uma situação de intolerância, porque, quando não falamos o que eles querem ouvir, somos proibidos de falar, temos nossa palavra cerceada.



Eu sou de um Estado que muitos dizem ser um dos mais pobres do País, o Estado do Maranhão. Na verdade, o nosso Estado é rico, mas o nosso povo é empobrecido. Eu sou médico, sou professor universitário do curso de medicina da Universidade Federal e estou aqui no meu primeiro mandato, com muita honra.

Presidente, eu venho defendendo aqui valores, princípios. Eu venho defendendo aqui a vida. Eu venho me posicionando nesta Casa contra as atrocidades dos que querem liberar o aborto, contra os desmandos dos que querem liberar as drogas, contra os desmandos dos que querem ensinar para a criança em tenra idade, de 5 anos, de 6 anos, que ela não nasceu menino, que ela não nasceu menina, que ela só vai se tornar homem ou mulher com o tempo. É sobre isso que esta Casa está legislando? É isso que vocês querem? Não.

Nós Deputados Federais temos a grande responsabilidade de nos posicionar a favor do povo. O meu Estado tem 18 Deputados Federais, e eu fui o único que votou contra o aumento de imposto. Eu fui o único do meu Estado que votou contra a reforma tributária; os outros 17 Deputados Federais votaram a favor do aumento de imposto.

Temos que nos manter íntegros nos nossos valores e nos princípios que defendemos. E é nesta Casa que temos a responsabilidade de fazer as políticas públicas. Estou aqui lutando pelo meu Estado, mas, sobretudo, pelo nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 26/28

162.2024

Sessão Ordinária - CD

28/08/2024-16:48

Publ.: DCD - 8/29/2024 - Adriana Ventura-NOVO -SP

BREVES COMUNICAÇÕES
BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

A Deputada criticou a regulamentação da reforma tributária em discussão no Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS, destacando que o Brasil terá o maior IVA do mundo, de 28%. Destacou que uma reforma administrativa deveria ter precedido a tributária, pois o tamanho e a ineficiência do Estado impactam diretamente a carga tributária. Apontou que, enquanto outros países com alta carga tributária entregam serviços de qualidade, no Brasil, a elite do funcionalismo acumula privilégios, penalizando os mais pobres. Defendeu a valorização da iniciativa privada e do empreendedorismo como soluções para combater a pobreza e criar oportunidades para as próximas gerações.



A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Presidente, caros colegas, eu subo a esta tribuna para falar da nossa reforma tributária, principalmente porque vivemos num País que, infelizmente, terá o maior IVA do mundo, de 28%.

A reforma tributária, que foi tão esperada, que é tão necessária, tem que ser precedida — ou teria que ter sido precedida — por uma reforma administrativa. A verdadeira reforma é — ou seria — a administrativa, porque a carga tributária de um país é determinada pelo seu tamanho, pelo seu peso, e, querendo ou não, temos um Estado enorme, inchado e não eficiente.

Eu acho que a questão aqui é o que entregamos para o cidadão. Muitos países têm carga tributária elevada, mas entregam boa saúde, boa educação na ponta. Aqui, temos um Estado enorme, e temos uma elite de privilegiados nos Três Poderes. Temos o Judiciário mais caro do mundo — 1,4% do PIB. São muitos e muitos os privilégios da elite do funcionalismo, privilégios que vão se acumulando, e os mais pobres são sempre penalizados.

É triste ver também que temos um Estado que não valoriza iniciativa privada, empreendedorismo, que é o que poderia tirar o nosso País desta situação. Combatemos pobreza gerando riqueza. Não temos que ficar falando tanto de tirar dos ricos para dar para os pobres. Temos que falar de como acabar com a pobreza, de como fazer as pessoas saírem da pobreza, e isso se faz dando oportunidade igual na base. Quando vemos os resultados da educação, o pouco caso com a política pública, nós questionamos até onde isso vai.

Outro ponto que eu também quero trazer é que nós precisamos pensar num País para as próximas gerações. Essa romaria aqui dentro de grupos de interesse que só querem ganhar em cima dos outros, que querem pagar menos porque acham que merecem, ela é injusta, porque, para alguns pagarem menos, alguém pagará mais por eles. Esse não pode ser o País que trabalhamos para ver prosperar, dar oportunidades, ser um País em que todos queiram viver, um País que realmente seja desejado pelos nossos filhos, pelas próximas gerações. Não queremos trabalhar por um País movido a interesses.

Presidente, eu encerro a minha fala falando do absurdo que é um IVA de 28%, o mais caro do mundo.

Reforma administrativa já! Privilégio nós precisamos cortar. Vamos discutir o serviço chegando lá na ponta, para todo cidadão brasileiro.

Muito obrigada, Presidente.



Publ.: DCD - 8/29/2024 -

Reginaldo Lopes-PT -MG

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância desta legislatura para o Parlamento brasileiro, enaltecendo as reformas estruturantes em andamento. Defendeu o projeto que amplia o cooperativismo, criando um novo ramo de proteção patrimonial, o que fortalecerá a economia e reduzirá custos de produção, especialmente no agronegócio. Ressaltou a necessidade de regulação do mutualismo e a reestruturação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de parabenizar o Presidente Lula e a Ministra Esther Dweck pela autorização de um concurso para o órgão. Além disso, elogiou o Ministro Fernando Haddad pelas reformas e apontou a reforma tributária como essencial para o crescimento do Brasil.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu acho que esta é uma legislatura marcante para o Parlamento, para o conjunto de colegas Deputados e Deputadas. É uma legislatura que faz reformas estruturantes.

Este é um projeto de reforma, é um projeto que vai ajudar a economia brasileira a voltar a crescer, uma vez que amplia um ramo de atividade econômica que é extremamente importante para um país que dá garantias aos seus cidadãos. Refiro-me à garantia do acesso à proteção do patrimônio, que é construído com muitas dificuldades. O preço é de um mercado muito restrito, sem grandes *players*, sem grandes concorrentes, sem grandes competidores, um mercado que acaba tendo um custo maior de produção e também de proteção do patrimônio do cidadão.

O que este projeto faz? Ele amplia a quantidade de ramos do cooperativismo no Brasil — nós temos cooperativas extraordinárias —, que hoje é de sete. Agora podemos dizer que há um oitavo ramo, o da proteção patrimonial. Isso vai ajudar o Brasil a avançar.

Os nossos indicadores não correspondem ao tamanho do Brasil, que caminha para se tornar a oitava economia e ocupa a 20ª posição no mercado de seguro; também não correspondem do ponto de vista das reservas técnicas, da poupança interna. Nós temos, nas reservas técnicas, 14% do PIB. Países com mais dificuldades econômicas, como a Argentina, Deputado Vinicius Carvalho, têm 80% do PIB nas reservas técnicas. Os Estados Unidos têm o equivalente a dois PIBs nelas. O projeto ajuda muito na captação de recursos do próprio Governo nessas reservas técnicas, promovendo uma redução até na taxa de juros, com impactos em empréstimos para todos os setores econômicos, Deputado Evair. Então, é muito importante.

Além disso, ele fortalece o cooperativismo no Brasil, diminui o custo de



produção no agro, que é um exemplo hoje de um setor potente do Brasil, que nos orgulha a todos, e também regula um mercado que existe há 20 anos, que é o mutualismo, um forma de associativismo. De fato, o projeto reconhece o papel do mutualismo na proteção patrimonial — logicamente, desde que isso seja regulado. É importante regular. É importante que, numa democracia, num projeto de país, de nação, haja regras bem objetivas. E a SUSEP, nosso órgão regulador, também passa por uma reestruturação.

E quero parabenizar o Presidente Lula e a Ministra Esther Dweck, que liberaram concurso com 75 vagas para essa reestruturação da SUSEP. Isso é fundamental para o País e para a economia.

Este projeto que hoje apreciamos é muito estruturante. Quero parabenizar o Ministro Fernando Haddad e toda a sua equipe, nosso Secretário de Reformas Econômicas, Marcos Pinto, e também o Presidente Lula por fazerem essas reformas estruturantes.

Coloco nesse rol de reformas também a nossa reforma tributária. Em nosso próximo esforço concentrado, na segunda semana de setembro, precisaremos apreciar os destaques do Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, referente à regulamentação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, que acho fundamental. O Líder do Governo, o Deputado José Guimarães, tem trabalhado muito pela conclusão disso. Nós vamos buscar construir consensos para votarmos esses destaques. Com certeza, a reforma tributária é a maior e mais ousada reforma da economia brasileira dos últimos 40 anos e terá uma importância do tamanho da que teve a estabilidade econômica trazida pela criação do real.

E vamos votar logo depois o Programa Acredita, que também é um forte instrumento para a população, para os setores produtivos, para os empreendedores de pequeno, médio e grande porte no País, tendo a perspectiva de promover crescimento e gerar riqueza.

Presidente Sóstenes, o Brasil tem o desafio de romper a armadilha da renda *per capita* baixa, que impede o Brasil de ter um crescimento econômico mais consistente. E nós estamos conseguindo isso, ampliando, a cada momento, a cada ano, a renda *per capita* do povo brasileiro, com o crescimento do PIB. É bom lembrar que, no ano passado, todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras tiveram um reajuste de 12% no seu salário, no seu poder de compra, e este ano caminham também nessa direção de ganho real do seu poder de compra. Temos a perspectiva, quem sabe, de chegarmos a 3% de crescimento do PIB, repetindo o crescimento econômico do ano passado, 2023. Acho que isso é motivo de alegria para todos, Governo e Oposição. É evidente que o Governo tem mais responsabilidade, mas a Oposição também tem responsabilidade com o País — proporcionalmente, é lógico, pela posição em que a democracia e o voto soberano e universal do povo brasileiro os colocaram.

Quero mais uma vez parabenizar nosso Relator, o Deputado Vinicius Carvalho,



pelo belíssimo trabalho. Construir essas convergências não é fácil. O projeto tramita na Casa há 6 anos — ele é de 2018.

Quero também reconhecer o trabalho do Deputado Lucas Vergílio e de Armando Vergílio, que sempre trabalharam na lógica de ampliar e modernizar o mercado de seguros no Brasil, fazendo disso uma atividade econômica que viesse a contribuir cada vez mais para o País, para a poupança interna do País, e também desse garantias de proteção ao patrimônio do povo brasileiro.

Também quero reconhecer o papel de negociador de Dyogo Oliveira, nosso Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização — CNseg, que participou ativamente.

Quero ainda reconhecer o papel da Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB, de Márcio Freitas, de Clara Maffia, que tecnicamente participou dessa organização.

Reconheço também o papel estratégico do setor do mutualismo. Cauby Morais teve um papel fundamental nessa articulação, representando a Força Associativa Nacional.

Portanto, houve uma combinação de atores. O Deputado José Guimarães, nosso sempre Líder do Governo, fez uma grande articulação nessa perspectiva.

Então, vamos fazendo reformas e ajustando o Brasil para que continue crescendo como nunca e melhorando a vida do povo. No próximo passo, vamos fazer um grande entendimento para o PL do Acredita.

Documento 28/28

162.2024	Sessão Ordinária - CD	28/08/2024-21:56
Publ.: DCD - 8/29/2024 -	Reginaldo Lopes-PT -MG	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado ressaltou a importância do Programa Acredita no Primeiro Passo, conforme Projeto de Lei nº 1.725, de 2024 que visa criar linhas de financiamento mais acessíveis, especialmente para mulheres empreendedoras. Lembrou a criação do nanoempreendedor na reforma tributária, isento de impostos até R\$ 40.500, como uma forma de incentivar o empreendedorismo. Defendeu programas que combinem transferência de renda e apoio ao empreendedorismo, permitindo a estabilização no mercado de trabalho e impulsionando o desenvolvimento do Brasil.



O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, só quero agradecer a V.Exa. a sua condução à frente da Presidência desta Casa, Deputado Sóstenes Cavalcante. De fato, hoje foi um dia superprodutivo.

Votar o Programa Acredita no Primeiro Passo é importante. Nós precisamos estruturar linhas de financiamentos mais acessíveis ao povo brasileiro, em especial às mulheres, que sabem tanto cuidar das nossas famílias. As mulheres sabem empreender. Se elas tiverem uma política pública com créditos mais baratos, mais justos com as suas taxas de juros, com um programa mais orientado, um programa que incentive, que qualifique, que permita a essas mulheres voarem, será fundamental.

É bom lembrar que, na reforma tributária, nós criamos a figura do nanoempreendedor, em que isentamos todo o imposto de mercadorias e serviços até 40 mil e 500 reais, que eu trato, justamente, como uma iniciação científica ao empreendedor.

Então, é fundamental o Brasil criar cada vez mais programas que possam fazer o povo brasileiro empreender.

O Deputado Helder Salomão, que milita muito na defesa das pequenas e microempresas, é muito preciso na sua fala, quando trata do empreendedorismo como uma possibilidade de emancipação dos programas de transferência de renda ou até mesmo a combinação dos dois. Eu acho que os programas de transferência de renda deveriam durar 5 anos, mesmo o cidadão tendo renda ou estando inclusive registrado formalmente no mundo do trabalho, para estabilizar a sua presença no mundo do trabalho. Os empreendimentos demoram a ter retorno, devido à taxa de maturação. Então, isso é fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

Eu acredito no País. Eu acredito nas pessoas. Acredito nas mulheres e nas famílias brasileiras. Vamos juntos!